Opinião Socialista

PSTU

WWW.PSTU.ORG.BR

NÚMERO 459 ▸ 17 DE ABRIL A 15 DE MAIO DE 2013 ▸ ANO 17

R$ 2

Dez anos de PT no governo

Para quem a estrela brilhou?

ÍNDICE

Para quem brilhou a estrela do PT?

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA,
Presidente nacional do PSTU

O PT lançou uma cartilha chamada "O decênio que mudou o Brasil". Nela, se apresentam os dez anos dos governos petistas como uma reversão do neoliberalismo imposto pelos governos do PSDB. Diz a cartilha que o governo petistas tornou "diminuta" a pobreza,

Lula está percorrendo o país, realizando seminários para a discussão dessa cartilha. Na realidade, começou a campanha eleitoral de 2014, com a preparação da reeleição de Dilma Roussef. Antecipou-se, assim, também uma discussão de projetos estratégicos para o país.

As únicas contestações contra a cartilha, até agora, vieram da direita, do PSDB e DEM. Essa direita, desmoralizada pelos desastres cometidos durante o governo FHC, não conseguiu produzir nada de consistente contra a cartilha petista.

O PT tem condições de ganhar para suas posições boa parte do ativismo das lutas sindicais, estudantis e populares. Existe certa sensação de que as coisas melhoraram no país com os governos de Lula e Dilma em função dos anos de crescimento econômico.

Mas seria um desastre caso toda uma geração de ativistas fosse educada com essas concepções. Trata-se de uma inverdade histórica. Os planos neoliberais continuam sendo aplicados no Brasil pelos governos petistas, acompanhados de políticas sociais compensatórias, como o Bolsa Família. Esses planos foram propostos pelo Banco Mundial e o FMI como forma de compensar parcialmente os efeitos sociais dos planos neoliberais. A onda de crescimento econômico, na qual os governos petistas se apoiou, não vai durar para sempre.

Torna-se vital responder em termos estratégicos a cartilha petista, a partir de uma visão critica da esquerda socialista. As bandeiras históricas do movimento de massas que estiveram presentes por muitos anos nos programas do PT, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida aos banqueiros, são ignorados na cartilha. O socialismo desapareceu. É substituído pela defesa do "desenvolvimentismo" capitalista.

> **As pequenas melhoras ocorridas nos governos petistas não acabaram e não acabarão com a miséria**

A realidade brasileira precisa ser encarada e não mascarada. As pequenas melhoras ocorridas nos governos petistas não acabaram e não acabarão com a miséria. O país continua sendo governado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais, que lucraram como nunca nos governos Lula e Dilma, e agora apoiam o PT. Existe um caos na saúde e educação públicas. A opressão aos negros, mulheres e homossexuais segue violenta. A corrupção é tão grande como nos tempos do PSDB, como mostrou o caso do Mensalão.

Nas páginas dessa edição especial do *Opinião Socialista*, assumimos o desafio de debater com profundidade as posições contidas nessa cartilha. Para isso, utilizamos os estudos realizados pelo Instituto Latino--americano de Estudos Sócioeconômicos (ILAESE).

UM CAMPO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

É necessário construir um terceiro campo político no país, alternativo aos ao campo do PT e partidos da base governista, e do PSDB-DEM. Não é possível que os trabalhadores tenham que optar entre dois projetos que defendem os mesmos planos neoliberais.

A Marcha chamada para o dia 24 de abril em Brasília tem esse significado profundo. Os trabalhadores querem ter voz própria. Uma voz necessária, dizendo que uma parte importante dos trabalhadores deste país pensa diferente do governo Dilma.

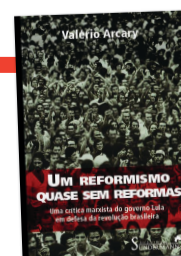
Ao contrário do que diz o governo, continua existindo uma enorme injustiça social no Brasil. Não estamos satisfeitos com os salários que recebemos. Não aceitamos a flexibilização trabalhista contida nos Acordos Coletivos Especiais e exigimos a anulação da reforma da Previdência. Não concordamos com a paralisia da reforma agrária e dizemos não ao apoio do governo às grandes empresas, ao agronegócio, bancos e multinacionais.

Repudiamos a criminalização do movimento social e a repressão às greves dos trabalhadores, como a da construção civil em Belo Monte. Lula e o PT, que sofreram a repressão das greves dos metalúrgicos do ABC, não poderiam apoiar a repressão as mobilizações dos trabalhadores. Repudiamos a impunidade dos torturadores da ditadura militar. Dilma, que foi presa política, não pode acobertar os criminosos ainda impunes.

É preciso que seja ouvida uma voz dos trabalhadores que não se identifica com o PSDB e o DEM, mas também repudia Marcos Feliciano, Renan Calheiros, Maluf, Sarney e Collor, todos da base governista. Uma voz que rejeita a volta ao passado dos governos FHC. Mas que, também, não está de acordo em mascarar o presente da realidade brasileira. E, menos ainda, quer pensar o futuro sem a estratégia socialista.

BANDEIRA DO SOCIALISMO

As mobilizações dos trabalhadores europeus contra os planos de austeridade fazem tremular de novo as bandeiras socialistas. Na greve geral de novembro de 2012, realizada em Portugal e na Espanha, uma das bandeiras foi a suspensão dos pagamentos da dívida aos banqueiros, algo que o PT já esqueceu completamente. As revoluções do Norte da África mostram o que é a força de um povo quando se levanta contra a injustiça social.

Queremos lembrar que os trabalhadores no Brasil já demonstraram que têm essa força para mudar o país. Hoje, a maioria ainda apoia o governo do PT porque acredita erroneamente que é "seu" governo. Não veem que os bancos e as multinacionais seguem mandando nesse país. Mas, o futuro está em disputa. Ou rebaixamos o horizonte de uma geração ao "desenvolvimentismo burguês" ou retomamos o sonho socialista. Essa edição é nossa contribuição para a construção desse terceiro campo, um campo socialista dos trabalhadores.

Um reformismo sem reformas

VALÉRIO ARCARY,
da Direção
Nacional do PSTU

"Quem a si próprio elogia não merece crédito".

Sabedoria popular chinesa

A eleição em 2002 de um presidente com origem social na classe trabalhadora em um país capitalista periférico, como o Brasil, foi um acontecimento atípico. Em outras palavras: do ponto de vista da dominação capitalista foi até uma anomalia. Mas não foi uma surpresa. O PT já não preocupava a classe dominante, como em 1989.

Um balanço destes dez anos parece irrefutável: o capitalismo brasileiro não foi ameaçado pelos governos do PT. Acontece que para fazer omeletes, como ensina a sabedoria popular, é necessário quebrar alguns ovos. Os governos do PT foram governos de colaboração de classes. Pretenderam governar para todos. Mas beneficiaram, sobretudo, os mais ricos. Por isso, embora o Brasil seja menos pobre que há dez anos, não é menos injusto. Não foi para isso que uma geração lutou tanto.

Lula conquistou, entre 1978 e 1989, a confiança da imensa maioria da vanguarda operária e popular. A proeminência de Lula foi uma expressão da grandeza social do proletariado brasileiro e, paradoxalmente, de sua impressionante inocência política. Uma classe trabalhadora jovem e semiletrada, sem experiência de luta sindical, recém-deslocada dos confins miseráveis das regiões mais pobres, e concentrada em dez grandes regiões metropolitanas. Mas com disposição de luta.

A VIRADA DO PT

O país viveu um refluxo das lutas sindicais depois da vitória eleitoral de FHC e a derrota da greve dos petroleiros em 1995. Não existia mais a década de mobilizações nos anos 1980. Sem vigilância, o aparato burocrático dos sindicatos agigantou-se, monstruosamente, e o aparelho do PT se adaptou, eleitoralmente, ao regime, e ficou irreconhecível. O PT já tinha demonstrado nas prefeituras, governos estaduais e no Congresso Nacional que era uma oposição ao governo de plantão, mas não era inimigo do regime democrático-liberal de tipo presidencialista que vingou depois de 1985.

Não era sequer inimigo irreconciliável do estatuto da reeleição, uma deformação anti-republicana e, especialmente, reacionária. A burguesia já admitia, desde 1994 pelo menos, que o PT pudesse ser um partido de alternância disponível para exercer o governo em um momento de crise econômica e social mais séria. Lula e Zé Dirceu assumiram, publicamente, mais de uma vez, compromissos com a governabilidade das instituições, exercendo pressões controladoras sobre os movimentos sociais sob sua influência. Lula não foi um improviso como Kirchner. Lula não foi uma surpresa como Evo Morales. Lula não foi considerado um inimigo como Hugo Chávez.

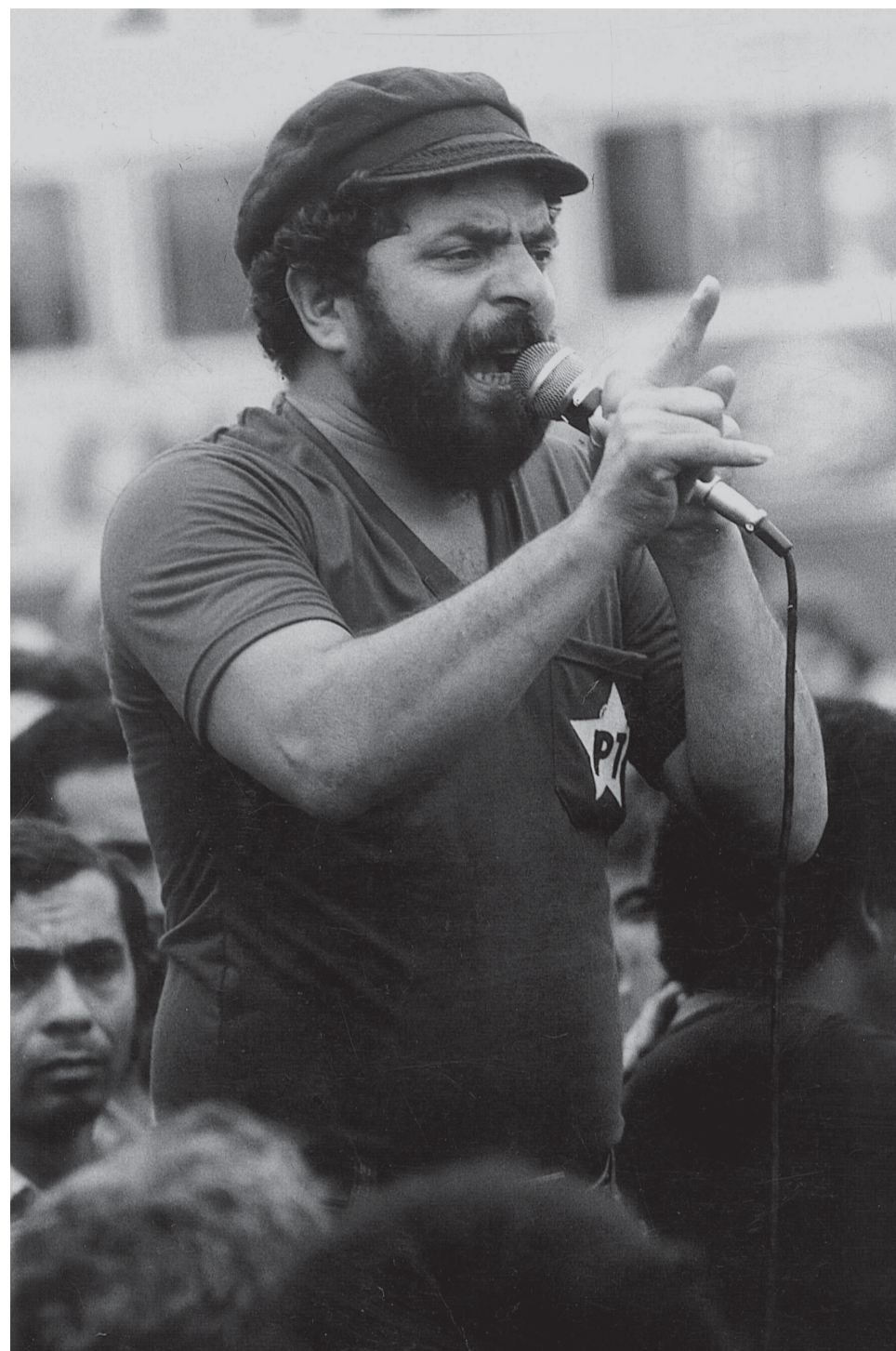
Os governos do PT foram governos de colaboração de classes.

DE LULA À DILMA

É preciso distinguir o que foi o governo Lula, e o que está sendo o governo Dilma, das percepções que ele deixou, e das ilusões que ainda beneficiam o PT na presidência. O crescimento econômico entre 2004 e 2008, interrompido em 2009, porém, recuperado com exuberância em 2010, foi inferior à média do crescimento dos países vizinhos, mas a inflação foi, também, menor. A média do crescimento do PIB durante os anos do governo Lula foi de 4% ao ano, inferior ao crescimento da Argentina ou da Venezuela no mesmo período, mas a inflação abaixo dos 5% ao ano foi, também, menor.

Desde 2011, com Dilma, o Brasil entrou em fase de estagnação econômica. As concessões à grande burguesia aumentaram, ao contrário do que afirmam os defensores das teses desenvolvimentistas. Isenções fiscais, privatizações generosas, novas e ambiciosas parcerias público-privadas (PPPs), favorecimento e garantias redobradas aos investimentos estrangeiros, além de sinalização de novas reformas trabalhistas e previdenciárias.

MANUTENÇÃO DA POLÍTICA ECONÔMICA

O mais importante, no entanto foi a manutenção do tripé da política econômica herdada do governo de Fernando Henrique Cardoso e supervisionada pelo FMI: a garantia do superávit primário acima de 3% do PIB, o câmbio flutuante em torno dos R$2 por dólar e a meta de controle da inflação abaixo de 6,5% ao ano. Não deveria surpreender o silêncio da oposição burguesa, e o apoio público indisfarçável de banqueiros, industriais, latifundiários e dos investidores estrangeiros.

Eis a chave de explicação do sucesso popular dos governos do PT: reduziu o desemprego a taxas menores que a metade daquelas que o país conheceu ao longo dos anos 1990; permitiu a recuperação do salário médio que atingiu em 2011 o valor de 1990; aumentou a mobilidade social, tanto a distribuição pessoal quanto a distribuição funcional da renda, ainda que recuperando somente os patamares de 1990, que eram, escandalosamente, injustos; garantiu uma elevação real do salário mínimo acima da inflação; e permitiu a ampliação dos benefícios do Bolsa Família.

Foi um governo quase sem reformas progressivas e muitas reformas reacionárias, porém, com uma governabilidade maior que seus antecessores.

Mas estes dez anos não passaram em vão. Uma reorganização sindical e política pela esquerda do governo, e das velhas organizações, como a CUT e o PT, já começou, ainda que o processo de experiência tenha sido e permaneça, relativamente, lento. A influência do lulismo não irá diminuir, todavia, sozinha. Será necessária uma luta política corajosa e lúcida para construir novos instrumentos de representação e organização do proletariado. Esse foi o sentido da fundação da CSP-Conlutas e de outras articulações. A esquerda revolucionária marxista deve ser um ponto de apoio firme deste processo, porque a ela pertence o futuro.

Os sonhos não envelhecem

EDUARDO ALMEIDA,
da Direção Nacional do PSTU

Esse verso de Lô Borges e Milton Nascimento, da canção "Clube da Esquina", vem à cabeça quando lemos as notícias das mobilizações dos trabalhadores europeus contra os efeitos da crise mundial. Nelas, as bandeiras vermelhas socialistas voltam ao primeiro plano no debate sobre qual é a saída para crise capitalista. Esse é um importante contraponto à cartilha sobre os 10 anos do PT no governo. Ela é um marco na história do partido, que abandona qualquer referência classista e socialista, em defesa do "desenvolvimentismo", que supostamente se contraporia ao "neoliberalismo".

Fui parte da enorme vanguarda que construiu o PT e a CUT nos anos 1980. Cento e cinquenta mil ativistas das greves abraçaram o sonho de um partido operário socialista de massas. Naqueles tempos, o PT defendia uma posição classista um pouco confusa, mas classista, necessária para afirmar um partido bem diferente dos partidos burgueses da época, como o PMDB. Lula foi candidato ao governo de São Paulo em 1982 com o slogan "vote no três porque o resto é burguês". O número do partido ainda não era o 13. Outro slogan era "trabalhador vota em trabalhador".

O classismo é a referência de que existem interesses opostos entre trabalhadores e patrões. Hoje, o classismo desapareceu dentro do PT. Não defendem o socialismo nem nos dias de festa. Lula e Dilma (des)educaram os trabalhadores dizendo que isso é coisa do passado.

Eduardo Almeida, Lula e Zé Maria.

"GOVERNAR PARA TODOS"

O classismo foi declarado irreal e utópico. É necessário e realista "governar para todos", ou seja, com a grande burguesia nacional e imperialista.

Apoiado em uma onda de crescimento econômico, os governos do PT combinaram a garantia de altíssimos lucros para as grandes empresas com pequenas concessões para os trabalhadores, como reajustes do salário mínimo, queda do desemprego e políticas compensatórias como o bolsa família; turbinadas com a ampliação do crédito.

A ideologia de que era possível "governar para todos" foi, assim, legitimada pela sensação de melhoria. O resultado é que existe uma enorme redução das expectativas sobre as mudanças que o país necessita. Enquanto a vanguarda esperava mudar o mundo na década de 80, hoje se aceita que o bolsa família é uma demonstração da "preocupação com o social".

Mas não é possível "governar para todos". Ou se está do lado dos trabalhadores ou dos patrões. E o PT fez a opção de governar para as grandes empresas. Não existe comparação entre os gigantescos ganhos da burguesia e as modestíssimas concessões para os mais pobres. As mesmas multinacionais e grandes bancos que governavam o país com o PSDB, seguem mandando hoje, com o PT.

Os primeiros reflexos da crise mundial e a desaceleração economia provavelmente significarão ataques aos direitos dos trabalhadores (leia na p. 11). Estes ataques vão questionar a sensação de "melhoria" que sustenta a ideologia petista.

"NÃO É PRECISO LUTAR, BASTA VOTAR NO PT"

Nos tempos do ascenso da década de 1980, o culto à luta direta era muito forte. Nos primeiros congressos do PT todas as teses, mesmo as mais à direita, defendiam a prioridade das mobilizações diretas e a desconfiança na institucionalidade, porque só daí poderiam se gerar revoluções.

Isso desapareceu completamente da ideologia petista. Em sua cartilha, a fonte das conquistas é a política dos governos de Lula e Dilma. Na verdade, o PT diz aos trabalhadores: "não é preciso lutar, basta votar em nós que as conquistas virão".

Essa ideologia tem uma consequência fortíssima na contenção das lutas dos trabalhadores. E facilita que milhares de ativistas, surgidos das mobilizações, sejam sugados pelos aparatos dos parlamentos e governos. A maioria dos dirigentes sindicais de hoje sonham em virar deputados, assessores parlamentares ou dirigentes de estatais.

Hoje, revoluções sacodem o Norte da África e Oriente Médio, assim como as mobilizações na Europa. Novamente, as revoluções voltam a pautar o debate dos ativistas, se chocando com a ideologia predominante no PT. Prova de que revolução não é coisa do passado. Está no presente para todo mundo ver.

Desenvolvimentismo x neoliberalismo

Suposto "desenvolvimentismo" do PT é, na verdade, uma faceta do neoliberalismo e não sua negação.

Segundo a cartilha, os governos do PT enterraram o neoliberalismo, impondo uma política oposta: o "desenvolvimentismo". Os governos neoliberais do PSDB eram subordinados aos "*grandes detentores de riqueza financeira*" que governavam para uma "*reduzida parcela privilegiada*".

Já os governos petistas desenvolvimentistas têm "*um novo projeto de desenvolvimento mundial... em torno da inclusão social que se transforma na mola propulsora de inédita base para o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável*".

O PT está assumindo com clareza a ideologia burguesa do "desenvolvimentismo", que se soma ao "governar para todos" e ao "não lutem, votem". Qualquer referência socialista desaparece. O objetivo estratégico é o "desenvolvimento" do país.

O suposto "desenvolvimentismo" do PT é, na verdade, uma faceta do neoliberalismo e não sua negação. Os planos neoliberais se apoiam nas privatizações, no ajuste fiscal para obter superávits, nos pagamentos das dívidas, na abertura para as importações e na desregulamentação da economia. O Consenso de Washington, que formulou essa política, recomendou que fossem aplicadas políticas sociais compensatórias para atenuar as consequências sociais desses planos.

A combinação dos planos neoliberais com políticas sociais compensatórias é o que o PT chama de "novo desenvolvimentismo". Um plano que está sendo aplicado nos países da América Latina, tanto por governos ditos "de esquerda" quanto de direita.

Os programas econômicos são semelhantes em todos esses países, mas as políticas sociais compensatórias variam. Existem na Venezuela (as "*misiones*"), Bolívia, Argentina, Uruguai, México, Costa Rica, República Dominicana e Colômbia.

No Brasil, a manutenção do plano neoliberal de FHC, com o Bolsa Família, foi saudada pelo Banco Mundial e o FMI. Segundo Vinod Thomas, diretor do Banco Mundial em 2003, o "*pós-Consenso de Washington é a junção da aplicação da ortodoxia econômica – disciplina fiscal e monetária – com a adoção de programas sociais*".

O "desenvolvimentismo" do PT é a nova cara do neoliberalismo. O PSTU continua defendendo que é preciso mudar o mundo. O sonho socialista que animou uma geração de ativistas no passado, hoje, amadureceu para um conteúdo revolucionário. É necessária uma revolução socialista para mudar o mundo. Esses sonhos não envelhecem.

Na contramão das lutas globais

Quando se questiona as poucas mudanças reais ocorridas no Brasil com os governos petistas uma resposta está sempre presente: a "relação de forças não permite mais". Será verdade?

NO 14N EM MADRID. Milhares tomam as ruas na Espanha

DIRCEU TRAVESSO,
de São Paulo (SP)

Os ativistas no Brasil acompanham as mobilizações que sacodem a Europa e o Norte da África. Na cartilha dos 10 anos do PT, no entanto, não há nenhuma referência a elas.

É uma enorme diferença com o antigo PT, quando as mobilizações de todo o mundo eram saudadas e incorporadas nas análises políticas de todas as correntes.

Por outro lado, quando se questiona as poucas mudanças reais ocorridas no Brasil com os governos petistas uma resposta está sempre presente: "era o que podia ser feito", a "relação de forças não permite mais". Será verdade?

REBULIÇO LATINO AMERICANO

Lula foi eleito em uma conjuntura de grandes lutas na América Latina. Foram derrubados os governos da Argentina (2001), Equador (2000 e 2005), Bolívia (2003 e 2005). Além disso, por via eleitoral, chegaram ao governo, partidos e movimentos identificados com a esquerda como no Chile, Paraguai, e depois Nicarágua e El Salvador, além da derrota da tentativa golpista na Venezuela.

Os governos da direita clássica, em crise pela aplicação dos planos neoliberais foram derrotados nas ruas e nas eleições. Pela primeira vez na história, grande parte da América Latina era dirigida por governos identificados como "de esquerda". E o maior símbolo em todo mundo era Lula, tanto pelo peso econômico do Brasil como por ser uma liderança operária.

Em meio a toda essa situação, seria possível ter avançado em uma ruptura com o imperialismo, com o não pagamento da dívida externa, por exemplo. Um processo histórico de mudanças poderia ter ocorrido.

O que se passou foi o contrário. Esses governos deram continuidade na aplicação dos planos neoliberais. Também frearam a luta de classes, aproveitando as relações de confiança com os trabalhadores. Hoje, a América Latina está mais dependente da dominação imperialista, e também mais estável do que em 2003.

O argumento dos dirigentes petistas de que a "relação de forças" impediu um avanço é completamente equivocado. Lula, em particular, atuou em toda crise aguda com o objetivo de garantir a estabilidade do continente. Atuou em defesa das multinacionais petroleiras na crise da Bolívia, negou-se a apoiar a moratória tímida de Kirchner na Argentina, bloqueou as fronteiras brasileiras às FARCs, pressionou Chávez para um acordo com o imperialismo. Não é por acaso que Condoleeza Rice, secretária de Estado de Bush, afirmou que Lula era um "exemplo para o mundo".

Com os governos petistas existiu um avanço das multinacionais instaladas no Brasil sobre a América Latina. O Mercosul, área de livre comércio na qual reinam as multinacionais instaladas no Brasil, se ampliou para o Peru, Colômbia, Equador e Venezuela. A opressão e a exploração de países menores como Bolívia e Paraguai aumentaram.

UMA VERGONHOSA OCUPAÇÃO

Em 1° de junho de 2004, soldados brasileiros desembarcaram no Haiti, país mais pobre das Américas, para iniciar uma vergonhosa ocupação colonial. O governo atendia a um pedido especial de Bush. Assim, o Brasil cometia uma das maiores vergonhas de nossa história, ocupando militarmente o Haiti a serviço das multinacionais.

As tropas brasileiras lideram a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), sob o mito de realizar uma missão humanitária. Mas as tropas não ajudaram na construção de esgotos, no abastecimento de água ou na saúde do povo haitiano. Sua função é reprimir as mobilizações do povo, como a sublevação contra a fome, em 2008, e a greve têxtil de 2009. Existem também inúmeros estupros comprovados na cidade de Port-Salut, em 2011.

No Haiti, as multinacionais pagam salários de US$ 60 ao mês (R$ 140) produzindo jeans para vender no mercado norte-americano. As tropas brasileiras garantem a estabilidade do país para essas multinacionais.

O governo e as lutas dos trabalhadores europeus

Existe uma verdadeira guerra social no continente europeu, com a grande burguesia decidida a acabar com as conquistas dos trabalhadores conhecidas como "Estado de Bem Estar-social". Isso gerou grandes mobilizações, culminando na greve geral do dia 14 novembro do ano passado. A greve parou a Espanha e Portugal, atingindo parcialmente 23 países. O proletariado de maior tradição no mundo se colocou em movimento em um processo que pode decidir os rumos da situação política e econômica do planeta.

Os governos petistas jamais se colocaram ao lado das mobilizações dos trabalhadores. Sua preocupação maior foi com as grandes exportadoras para a Europa, como as produtoras de carne. Da mesma forma como foi aplaudido por Bush e Obama, Lula foi utilizado como exemplo por todos os governos imperialistas europeus.

O Partido dos Trabalhadores em defesa de Israel, Kadafi, Assad...

Outro grande pólo de mobilizações no planeta está no Norte da África e Oriente Médio. Ali, grandes revoluções democráticas derrubaram governos e regimes, instabilizando as maiores regiões produtoras de petróleo do mundo e as ares próximas do Estado sionista de Israel.

Os governos do PT nunca apoiaram efetivamente a luta palestina. Ao contrário, mantiveram e aprofundaram as relações econômicas e militares com Israel. Foi durante o governo Lula que se iniciaram as negociações para o Tratado de Livre Comércio (TLC) entre Israel e o Mercosul, assinado em 2010.

Esse tratado fortaleceu Israel em um momento de crescente isolamento mundial devido ao massacre do povo palestino. Também incrementou o comércio com a indústria armamentista desse país. Entre os dias 9 e 12 de abril foi realizada no Rio de Janeiro, uma Feira de Armamentos, chamada de "Feira da Morte" pelos movimentos sociais de todo o mundo. Nela estiveram presentes empresas armamentistas de Israel. O governo foi anfitrião de todas elas.

Outro episódio vergonhoso dos governos petistas foi seu apoio as ditaduras de Kadafi, na Líbia, e Assad, na Síria. Nisso representaram interesses das grandes construtoras. A Odebrecht, por exemplo, tinha contratos de US$ 5 bilhões na Líbia, incluindo a construção do aeroporto internacional e um anel viário em Tripoli.

Um país cada vez mais doente

VANESSA PORTUGAL,
de Belo Horizonte (BH)

Todos conhecem pelo menos algum drama enfrentado por pessoas que precisaram da saúde pública. Alguma morte, tragédia ou sequela que poderiam ter sido evitadas. Por que, em 10 anos de governo, o PT não resolveu essa situação?

NADA MUDOU NA SAÚDE depois dos dez anos de governo do PT

Não é por acaso que a cartilha do PT não fale nada sobre a saúde pública no país. Os trabalhadores e o povo em geral sofrem dia após dia com as longas filas, a ausência de leitos e o atendimento precário. A todo o momento a imprensa destaca os inúmeros pacientes jogados pelos corredores dos hospitais e noticia mortes que poderiam ser evitadas não fosse a falta de equipamentos ou a demora no atendimento. A dengue volta a virar epidemia, contrariando a euforia petista. Todo este cenário está vinculado diretamente ao descaso do governo com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Foi graças a um longo processo de mobilização dos trabalhadores e dos movimentos sociais, nos anos 1980, que o SUS foi criado e tornado lei na Constituição de 1988. Ele foi idealizado para ser único, de qualidade e universal. Todavia, hoje, resta-nos constatar que ele não é nem universal, nem único e, tampouco, de qualidade.

Desde a sua implantação, houve um grande recuo no financiamento estatal em benefício do sistema de saúde privada; ou seja, dos convênios e consultas particulares. O Brasil direciona 8,4% do Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, das riquezas produzidas no país, para a saúde. Valor próximo da média mundial, de 8,5% anuais. Porém, a parcela do investimento público neste montante é de apenas 3,7% do PIB, cerca de 30% inferior à média internacional de 5,5%. Em suma, se investe menos no SUS, destinado para a maioria dos quase 200 milhões de brasileiros, do que no setor privado, o qual possui cerca de 48 milhões de conveniados.

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

Como se vê, nosso Sistema Único de Saúde não é "único", uma vez que o sistema privado já atinge em torno de 30% da população. As péssimas condições do SUS estimulam a chamada "nova classe média" a ingressar no sistema privado, comprometendo uma fatia cada vez maior de seu orçamento com o mercado dos planos de saúde. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gasto de cada brasileiro com saúde aumenta, ano após ano.

Hoje, atinge uma média de 7,2% de sua renda mensal. Isto significa que a população brasileira gasta mais com bens e serviços de saúde do que o conjunto do investimento estatal no setor. Além disto, vale destacar, que dentre todos os países que possuem modelos públicos de acesso pretensamente universal, o Brasil é o único em que os gastos privados superam os gastos públicos. Segundo a Organização Mundial de Saúde(OMS), o percentual de investimento público é de 44%, contra 56% pago pelos consumidores para planos e consultas privadas. Para se ter uma ideia, no Reino Unido a participação estatal é de 84%; e na Argentina é de quase 70%.

> **Com a política de isenção fiscal do governo, só os grandes empresários se beneficiarão**

PLANOS PRIVADOS

Todavia, o problema estaria resolvido para os quase 50 milhões de brasileiros ligados ao sistema de saúde privada? Absolutamente não. Apesar dos planos de saúde constituírem um setor que cresceu mais de 50%. Desde o início do governo petista. Apesar do faturamento do setor de inacreditáveis R$ 83 bilhões, em 2011. Apesar dos quase 50 milhões de clientes, o que se vê, no sistema de saúde privado, para a grande maioria de seus consumidores, são as mesmas longas filas para atendimentos emergenciais. A mesma demora na marcação de consultas e o exorbitante e permanente aumento das mensalidades.

As reclamações chegaram a tal ponto que, no ano passado, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) suspendeu 56 operadoras responsáveis por 396 planos de saúde por descumprirem os contratos. O que mais impressiona são planos que giram entre R$ 50 e 90 reais, cujos contratos preveem o envio dos pacientes para a rede pública em caso de doença. O truque não é novo. Desde 1998, o SUS vem atendendo clientes do setor privado, sem qualquer tipo de compensação financeira.

O quadro é alarmante. Ao mesmo tempo em que a precariedade do SUS, pelos reduzidos investimentos estatais, alimenta o crescimento do setor privado, este último faz uso dos serviços prestados pelo SUS. Este processo se aprofunda há mais de 15 anos.

Vale lembrar, ainda, que diversos senadores e deputados federais têm suas campanhas financiadas pelos planos privados de saúde. E, não por acaso, já são estudadas medidas para "solucionar" o problema da precariedade na saúde privada. Trata-se de isenção fiscal sobre o setor, isto é, reduzir os custos para o setor privado, aumentando os lucros, reduzindo a arrecadação estatal sucateando ainda mais o serviço público.

ASSUMINDO O ÔNUS

Uma das partes mais importantes dos planos neoliberais é o recuo do Estado na garantia de serviços básicos como saúde e educação, por meio do estímulo à privatização. A situação da saúde e educação públicas no Brasil é uma clara demonstração que o "desenvolvimentismo" é só uma nova cara do neoliberalismo. Os governos da direita privatizaram a saúde e sucatearam os hospitais públicos. Os governos petistas fizeram a mesma coisa.

A transformação da saúde em mercadoria esgota o poder real de compra dos salários daqueles que podem recorrer a um plano privado e desmantela ainda mais o SUS, que continua sendo a única saída para cerca de 70% da população nacional.

Como podemos constatar, os fantasiosos dados alardeados pelo governo petista ocultam um conteúdo nada animador, marcado pela submissão dos serviços de saúde aos interesses da acumulação capitalista. O resultado é a precarização do sistema público de saúde, em favor do sistema privado, e a redução real dos salários de todos os trabalhadores, ao assumirem o ônus deixado pelo Estado.

Após 10 anos, apartheid educacional permanece

AMANDA GURGEL,
professora e vereadora
em Natal (RN)

O mesmo Brasil que se apresenta como uma das principais economias do mundo, condena milhões de crianças e jovens a não terem acesso à educação. Índices da Unesco colocam o Brasil em 88º lugar, entre 126 países, ficando atrás de Honduras, Equador e Bolívia.

A exclusão é um verdadeiro apartheid educacional, que tem como principais vítimas os filhos dos trabalhadores, em especial negros e negras. Mais da metade dos jovens não têm acesso à educação no Brasil, o que contradiz a Constituição de 1988, que prevê uma educação pública, gratuita e universal. As metas feitas para que todos estejam nas escolas simplesmente são abandonadas.

A maior exclusão está na Educação Infantil. Em 2010, 76,4% das crianças de 0 a 3 anos estavam fora das creches. No ano anterior, na soma total de matriculados, 41,5 milhões de crianças entre 0 e 4 anos estavam fora da escola. Além da luta pelas vagas, nos próximos anos, cada um desses futuros jovens terá de superar obstáculos que vão da falta de estrutura e de professores, até o preço da passagem e o ensino desanimador. Isto dentre tantos outros que mantém os altos índices de abandono e evasão escolar.

O resultado é que, mesmo tendo sido reduzida, a taxa de analfabetismo ainda é de 9,6% (quase 14 milhões de analfabetos).

INVESTIMENTO CRESCEU… PARA A DÍVIDA

Nos anos de governo petista, a maior parte do crescimento do país foi utilizada para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública com os banqueiros (leia p. 10). Em 2010, quase 45% de todo o orçamento foi consumido no pagamento da dívida.

A meta de 7% de investimento estabelecida pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 2001, não foi cumprida. E, até hoje, o Brasil não investe os 10% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de tudo o que é produzido no país, que são necessários para que metas mínimas de qualidade sejam atingidas.

O investimento oficial na educação aumentou, saindo de pouco mais de 4% do PIB, em 2002 e 2003, para 5%, em 2009. O país precisou de sete anos para elevar em um ponto o seu investimento, mesmo em meio a um dos maiores períodos de crescimento econômico que o país já viu. Mesmo assim, o percentual do orçamento gasto com a educação chegou a cair, como se vê no gráfico. Ou seja, o bolo cresceu, mas a parte da educação diminuiu.

FONTE: SIAFI/CCONT/GEINC. Com exclusão da Previdência Social – elaboração ILAESE

Se os governos do PT tivessem investido os 10% do PIB, em 10 anos, talvez tivéssemos conseguido diminuir consideravelmente os analfabetismos (absoluto e funcional). Mas o PT continuou priorizando o pagamento da dívida, ao invés de investir nas áreas sociais. Essa é a verdadeira causa da preservação do apartheid educacional em nosso país.

VIDA DE PROFESSOR

Em 2010, a renda média de um professor do Ensino Fundamental equivalia a 59% do que ganhavam os demais trabalhadores com nível superior no país. Mesmo sabendo que a desvalorização dos professores e professoras não se iniciou agora, os anos de governo petista não alteraram esse quadro. A lei do piso é apenas uma referência, até porque, por proposta do governo Lula, o mecanismo de reajuste não prevê formas de punir os prefeitos e governadores que descumprirem a lei. Em 2011, os profissionais da educação precisaram até se acorrentar em praças públicas para que os governantes passassem a obedecer a lei. Mas nem isso adiantou. Infelizmente, o “piso virou teto” e a reivindicação histórica, que é o pagamento do salário mínimo calculado pelo DIEESE, foi abandonada...

A situação dos trabalhadores em educação não foi alterada nestes 10 anos. Ao contrário, os governos estaduais e municipais avançaram na precarização das relações de trabalho, com contratações temporárias e eventuais, nas quais o professor não tem estabilidade nem direitos.

A terceirização tomou conta das escolas, principalmente entre os serviços de limpeza, secretaria e cozinha. Durante o segundo mandato de Lula, houve um aumento de gastos com esse tipo de contratação de 61%, inclusive nas universidades.

EDUCAÇÃO, UM NEGÓCIO LUCRATIVO

O crescimento e a transferência de verbas para o setor privado foram as grandes marcas dos anos do PT. Os grupos privados e os fundos de investimento descobriram no Brasil uma oportunidade de rendimento superior a diversos outros ramos da economia. Esse mercado foi possível a partir dos benefícios, créditos e transferências oferecidos pelos governos, como o Programa Universidade para todos (Prouni) e o Financiamento Estudantil (FIES), e diversos mecanismos de isenção fiscal. Os governos do PT patrocinaram a mercantilização da educação, em vez de utilizar os recursos públicos para ampliar o acesso de milhões às universidades públicas e garantir a qualidade delas.

Segundo artigo de Fábio Luciano Oliveira, da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, em 2008, o setor privado na educação movimentou R$ 90 bilhões, aproximadamente 3% do PIB. Em 2001, esse valor era de R$ 10 bilhões.

De lá para cá, a corrida pelo ouro só cresceu, com compras, fusões e uma concentração do setor. As 20 maiores empresas educacionais já comandam 35% do mercado de educação superior.

No Ensino Médio, o cenário é o mesmo. Os grupos e fundos de investimento compram escolas e cursinhos. E, na rede pública, tentam lucrar oferecendo apostilas e treinamentos. De 2002 para cá, o setor privado avançou na Educação Básica: as matrículas na rede pública diminuíram 12,5% enquanto que na rede privada, no mesmo período, aumentaram 5,2%.

O MITO DO ACESSO

Os governos de Lula e Dilma sempre fizeram muita propaganda de um dado real, que é o aumento dos jovens na universidade. Houve um salto de 8,9%, em 2001, para 14,4%, em 2010. O que o governo não diz é que essa taxa está abaixo das metas públicas e, o mais importante, que 80,4% desses jovens são reféns de faculdades privadas, controladas por grupos estrangeiros, que possuem mais apego ao lucro do que à qualidade de ensino.

Enquanto isso, nas universidades públicas, as “parcerias” com empresas, legitimadas pela Lei de Inovação Tecnológica, criada por Lula em 2005, são cada vez mais frequentes, tornando a produção do conhecimento voltado aos interesses do mercado e não da sociedade.

E com a precarização do Reuni, os currículos são a cada dia mais enxutos, para a “fábrica de diploma” conseguir maior produtividade.

A transformação da educação em uma mercadoria faz com que ricos e pobres não só não frequentem a mesma escola ou universidade, mas que também não recebam o mesmo ensino. Da Educação Infantil, passando pela escola até a universidade, o que se vê é o aprofundamento e a consolidação do apartheid educacional.

Dez anos de escândalos e corrupção

CLEBER RABELO,
vereador pelo
PSTU de Belém (PA)

Administração do Estado capitalista é a chave para entender as razões que levaram os dirigentes do PT a se envolverem com a corrupção

Agência Brasil

Ato contra corrupção relizado em Brasília em 2012

Durante muitos anos, antes de chegar ao poder, o PT tinha como eixo a "ética na política". Hoje, a cartilha de comemoração dos dez anos nem cita esse tema. Depois dos escândalos do mensalão, mesmo seus apoiadores sabem que o PT é igual a tudo isso que está aí.

ESCÂNDALOS DE CORRUPÇÃO EM SÉRIE

Ao chegar ao poder, o PT adotou o mesmo clientelismo e relações promíscuas com os grandes partidos e com as empresas e bancos. O governo Dilma também não fugiu à regra. É o que mostra o troca-troca de ministros em seu primeiro ano de mandato em virtude de denúncias de irregularidades. Foram sete ministros demitidos em menos de 14 meses de gestão. Tudo isso sem falar dos vários órgãos federais envolvidos em irregularidades, como os Correios e o setor de transportes, e denúncias envolvendo assessores diretos da Presidência da República, como Rosemary Noronha e Erenice Guerra.

UMA "FAXINA ÉTICA"

A imagem de que o governo realizou uma faxina ética está bem distante da realidade. A faxina foi a saída encontrada para tentar evitar um estrago maior. É uma política de preservação de Dilma que se reproduz a cada escândalo. Quando se descobre o roubo de um de seus ministros, Dilma tenta defendê-lo na medida do possível. Quando percebe que pode sair desgastada do escândalo público, força a saída do ministro. No entanto, o PT segue governando com o PMDB, o maior de todos os partidos corruptos do país, que tem em sua direção José Sarney, Renan Calheiros e Jader Barbalho.

CORRUPÇÃO E CAPITALISMO ANDAM DE MÃOS DADAS

A resposta para entender por que o governo do PT é tão corrupto quanto o do PSDB está na relação do partido com o Estado. O PT fez uma opção política: administrar esse Estado e fazer parte de tudo que está aí. O resultado não poderia ser diferente.

O capitalismo ampliou e sofisticou a máquina burocrática do Estado. A alta burocracia é a representante direta do interesse geral dos patrões que usam todas as armas que dispoem para manter e ampliar seus negócios. Assim a corrupção do governante que administra os negócios do Estado é parte carnal do sistema. É o resultado de um sistema em que o contrato ganho por uma empresa significa o prejuízo de outra.

> **OS DIRIGENTES DO PT MUDARAM DE VIDA AO ASSUMIR OS ALTOS CARGOS DO ESTADO. COMEÇARAM A TER PRIVILÉGIOS, GANHAR ALTOS SALÁRIOS E A SE RELACIONAR COM GRANDES EMPRESÁRIOS, ÁVIDOS EM ABOCANHAR CONTRATOS PÚBLICOS. DAÍ PARA A CORRUPÇÃO, FOI UM PULO.**

Ao longo de sua história, o PT dizia que acabaria com a corrupção. Bastaria votar no partido que o sistema mudaria. Quem mudou, porém, não foi o sistema, mas o PT. Seus dirigentes tomaram a frente dos mais altos cargos do Estado e mudaram de vida. Começaram a ter privilégios, ganhar altos salários e a se relacionar com grandes empresários, ávidos em abocanhar contratos com o Estado. Na prática, os dirigentes do partido estavam adotando o modo de vida típico dos patrões e dos altos funcionários do Estado capitalista. Daí para a corrupção, foi um pulo.

Hoje, muitos dirigentes do partido prestam consultoria a grandes empresas. Na verdade, usam sua influência política junto ao Estado para que os grandes capitalistas possam lucrar com contratos milionários, obtidos em licitações fraudulentas. Um grande exemplo disso é o ex-ministro José Dirceu, que hoje é parte da burguesia. É um representante de bilionários, como empresário mexicano Ricardo Salinas, junto a governos como o Brasil e Venezuela.

O VALE-TUDO DAS ELEIÇÕES

A política eleitoralista do PT também levou o partido à corrupção. A lógica de eleger e reeleger a cada eleição um maior número de parlamentares, prefeitos, governadores etc. fez com que o partido jogasse as regras do jogo. Nas eleições ,são as empresas privadas que financiam a campanha eleitoral dos grandes partidos. Empresas e bancos como Odebrecht, CSN, Itaú, Bradesco, entre outros, elegem suas bancadas, Na sequência, empresários, banqueiros e latifundiários cobram a fatura e exigem contratos com a administração pública em troca de novos financiamentos de campanha. É desse jeito que os direitos dos trabalhadores são negociados e leis em favor dos ricos são aprovadas. Essas são as regras do jogo da democracia burguesa, na verdade uma democracia para os ricos e corruptos e uma ditadura para os trabalhadores.

UM NOVO PROJETO É PRECISO

Em Belém, estamos travando na Câmara de Vereadores uma guerra para acabar com todos os privilégios dos políticos, a começar pelos seus salários. Os políticos devem receber um salário médio de um trabalhador comum e seus mandatos devem ser revogáveis, ou seja, que a população possa tirar a qualquer momento os que ocupam os cargos públicos. Quem não cumpre suas promessas e se envolve em escândalos de corrupção poderá ser afastado. Quanto aos corruptos e corruptores, é preciso exigir prisão e confisco dos seus bens.

Esse é programa do PSTU para enfrentar a corrupção. Mas sabemos que as grandes transformações de que o país necessita só poderão ser realizadas com organização e a luta dos trabalhadores. Esse é o caminho da verdadeira mudança.

Quem é responsável por Feliciano

Por que um racista, machista e homofóbico como Marcos Feliciano (PSC-SP) foi levado à presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara? Porque foi apoiado diretamente pelo PMDB e porque o PT não quis se chocar com as igrejas evangélicas. A maioria governista do congresso é responsável por Feliciano, embora por vezes queira se livrar do desgaste que isso causa.

A lógica política que explica esse absurdo é a mesma que levou o PT a se adaptar e incorporar a corrupção. Alianças com os partidos burgueses e de direita são parte da política cotidiana do PT. É por isso que o corrupto Renan Calheiros é hoje presidente do Senado. É por isso que essa maioria governista inclui Maluf, Sarney e Fernando Collor.

Com o PT, reforma agrária parou

OSMARINO AMÂNCIO RODRIGUES,
de Brasileia (AC)

Ao invés de enfrentar o latifúndio, governos petistas incentivaram o agronegócio que hoje domina o campo brasileiro.

O PT foi uma referência para todos aqueles que lutavam pela terra contra o latifúndio. No Acre, o PT foi organizado durante a luta dos seringueiros contra a ditadura e os fazendeiros que queriam destruir a Amazônia e nos expulsar da floresta. Muitos dos nossos companheiros que realizaram os empates ajudaram a organizar o partido. Muitos foram assassinados pelo latifúndio como foi o caso de Chico Mendes.

A eleição de Lula provocou muita esperança para todos que lutavam pela reforma agrária. Afinal, nas eleições de 2002, Lula prometeu que realizaria um milhão de assentamentos em quatro anos de governo. Mas depois de eleito, ele mudou de opinião. Chamou os usineiros de "heróis" e deu um caminhão de dinheiro para os fazendeiros do agronegócio. Dez anos depois, além de não realizar nenhuma reforma agrária, os governos do PT ainda legalizaram a grilagem de terras no país. Principalmente na Amazônia

SEM REFORMA AGRÁRIA

Na cartilha sobre os 10 anos do governo do PT, não há nenhuma linha sobre a reforma agrária. Isso porque os governos do partido não fizeram nada por ela.

No primeiro mandato, por pressão social dos movimentos sociais, foi elaborado o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no qual a proposta de assentamento era de um total de 520 mil famílias. Na verdade, foram assentadas em torno de 220 mil famílias apenas, mas o governo diz que foram mais de 500 mil. Os dados do governo são mentirosos. Eles somaram como assentamentos novas áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens.

No segundo mandato de Lula sequer foi elaborado o 3º Plano Nacional de Reforma Agrária, provando que o governo havia se descomprometido em dar terra pra quem precisa. O pior é que, além de não fazer a reforma agrária, o governo Lula passou a adotar uma política que beneficiou claramente os grileiros e latifundiários quando enviou duas Medidas Provisórias (MP) ao Congresso, a MP 422 e a MP 458. As "MPs da grilagem", como ficaram conhecidas, legalizaram propriedades públicas de até 1.500 hectares ocupadas ilegalmente pelo latifúndio. Dessa forma mais de 67 milhões de hectares de terras públicas na Amazônia foram transferidas para os grileiros. Ou seja, os governos do PT entram para a história do Brasil, ao lado dos militares, como os que mais destinaram boa parte das terras da Amazônia à iniciativa privada.

Ao não fazer a reforma agrária, um dos resultados foi o aumento da violência contras os trabalhadores do campo. Em 2010, 34 trabalhadores rurais foram assassinados no país, segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Ninguém foi punido. A absolvição recente de um sujeito acusado de ser o mandante do assassinato de um casal extrativista no Pará mostra de que lado a justiça está.

UM GOVERNO DO AGRONEGÓCIO

Durante os governos petistas, o agronegócio dominou o campo brasileiro. Esse crescimento foi amplamente incentivado pelo PT.

O agronegócio é resultado da união dos grandes fazendeiros com os banqueiros e as grandes multinacionais. No Brasil houve uma mistura entre o velho latifúndio com a modernização da agricultura capitalista. Hoje, o agronegócio controla tudo no campo, desde a produção, passando pelos maquinários e insumos, até as grandes redes de supermercado.

O agronegócio foi patrocinado pelos governos Collor, Fernando Henrique Cardoso e, depois, por Lula. Os governos petistas deram incentivos fiscais, desonerações e ainda perdoaram as dívidas antigas dos latifundiários. Também deram muito dinheiro para os fazendeiros. Nos dois mandatos de Lula, o BNDES entregou em média R$ 18 bilhões por ano para o agronegócio, totalizando R$ 136 bilhões. Se destinassem esse mesmo valor para a reforma agrária, teríamos hoje mais de 1,7 milhões de famílias assentadas, segundo cálculos do próprio INCRA. Ao invés disto, o governo oferece migalhas aos camponeses, como o Bolsa Família, Bolsa Verde etc.

Atualmente, 70% das terras dedicadas à lavoura estão ocupadas pela soja, cana de açúcar e milho, principais produtos do setor. Quem perde com essa monocultura de exportação são os pequenos agricultores e o país. O agronegócio expulsa os pequenos agricultores do campo. Em muitas regiões, a agricultura familiar e os assentamentos rurais que permanecem acabam se subordinado às regras do agronegócio.

O agronegócio também destrói a natureza numa escala jamais vista. A monocultura já destruiu boa parte do cerrado, e agora investe contra a Amazônia. Além disso, impõe o uso das sementes transgênicas e o uso dos agrotóxicos.

O agronegócio cresceu porque os governos do PT abandonaram o projeto de reforma agrária no Brasil, que poderia assentar milhões de sem-terras e garantiria a fartura de alimentos baratos para acabar com a fome no país. Dez anos depois, milhões de camponeses no Brasil ainda lutam por um pedaço de chão para tocar a sua vida. Nós não arredamos o pé. Continuamos lutando pela reforma agrária, contra o latifúndio no campo.

PT e o capitalismo verde

Os governos do PT vão entrar para história como os maiores defensores dos interesses de grandes empresas que exploram recursos naturais, especialmente da Amazônia. Para isso, contaram com a ajuda da ex-ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, que os povos da floresta conhecem muito bem. Não como a defensora da Amazônia como ela diz ser, mas sim como defensora de projetos do grande capital. Com ela, o governo Lula criou a lei que arrenda a mata amazônica para grandes madeireiras, a Lei de Concessão de Florestas Públicas.

Nos governos do PT foram aprovadas mudanças no Código Florestal que vão beneficiar o agronegócio, e os grandes projetos hidroelétricos na Amazônia, como a Usina de Belo Monte. Soma-se a isso o fato do governo ter empurrado goela abaixo, sem discussão com os extrativistas, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC). O SNUC impôs um "conselho gestor" nas Reservas Extrativistas, que eram antes auto-gestionadas. Também preparou o terreno para as políticas do "capitalismo verde", como a exploração de madeiras nestas reservas. Assim, os governos petistas comprovaram que qualquer projeto de desenvolvimento capitalista é totalmente "insustentável" com a preservação do meio ambiente.

Brasil mais endividado que nunca

VERA GUASSO,
de Porto Alegre (RS)

Os banqueiros sugam quase metade do orçamento federal e da renda das famílias brasileiras. Para quem brilhou a estrela petista nesses 10 anos?

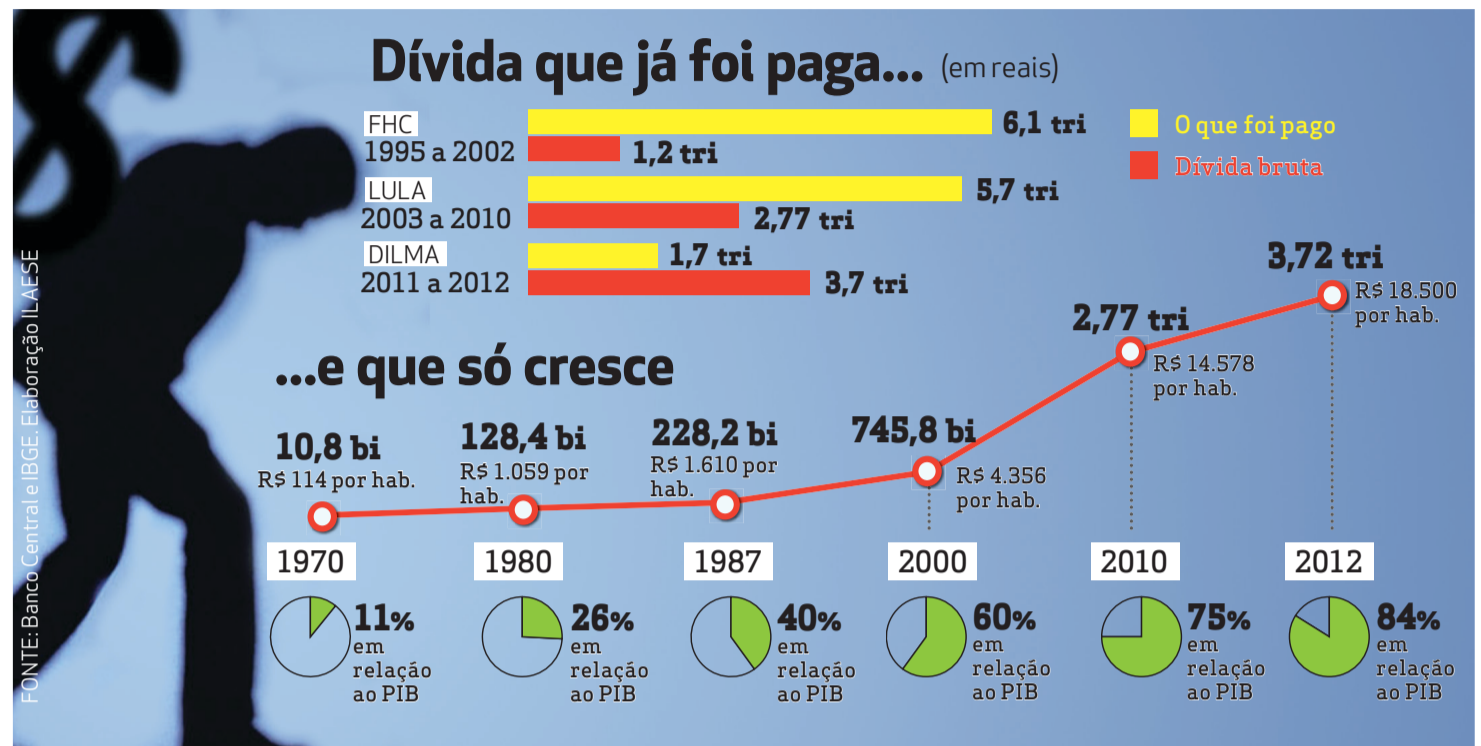
Um dos principais pontos programáticos do PT na década de 1980 era acabar com a especulação financeira em torno da dívida pública. Nas palavras do Lula: *"primeiro suspensão do pagamento da dívida externa, terceiro (sic) acabar com a especulação financeira no país baixando as taxas de juro"*.

Chegando ao governo, o PT fez o oposto. No final de 2012, a dívida (interna e externa) era a maior da história.

Quem não se lembra de Lula falando que o Brasil não tinha mais dívida externa? Mas o fato é que, em dezembro de 2012, conforme o Banco Central, a dívida externa alcançou a cifra de US$ 441,7 bilhões (R$ 902 bilhões). Já a dívida interna, no mesmo momento, chegou a R$ 2,823 trilhões. Portanto, a soma das dívidas, no final de 2012, chegou a R$ 3,7 trilhões.

Notem que entre 2000 e 2012, que engloba os 10 anos de governo petista, a dívida pública total saiu de 60% para 84% do PIB!

O PT utiliza um artifício estatístico para dizer que a dívida está no patamar de 35% do PIB. Usa dados da dívida líquida, coisa que só se faz no Brasil. Internacionalmente se utiliza os valores da dívida bruta.

O governo está usando 47,19% de todo o orçamento nacional para pagar os juros e amortizações da dívida. Ou seja, está dando aos banqueiros quase metade de tudo o que se arrecada de impostos e taxas no país. Em comparação, destina apenas 3,98% para a saúde e 3,18% para educação. Isso significa que o governo petista entrega aos banqueiros quase sete vezes o que gasta com saúde e educação no Brasil.

DÍVIDA JÁ FOI PAGA 45 VEZES

Se esta dívida fosse legítima, até poderia se honrar um compromisso. Porém, ela é ilegítima e já foi paga muitas vezes.

Entre 1994 e 2012, já pagamos R$ 13,5 trilhões e a dívida não para de crescer. Assim, tanto FHC, quanto Lula e Dilma pagaram religiosamente a "dívida".

Esta aberração é resultado de um modelo capitalista que privilegia os banqueiros nacionais e internacionais. Os juros mais altos do mundo servem para atrair o capital internacional, que pega grana barata no Primeiro Mundo e investe aqui na produção e na especulação financeira.

Este modelo, que remunera muito bem o Capital especulativo, retira investimentos produtivos que saem da produção e vão para a especulação.

DE FHC A LULA: A FESTA DOS BANQUEIROS

Segundo dados do Banco Central, o lucro do sistema financeiro brasileiro nos dois mandatos de FHC (entre 1995 e 2002) foi de R$ 95 bilhões. Este mesmo lucro nos dois mandatos de Lula (entre 2003 e 2010) chegou a R$ 428 bilhões. No governo do PT, os bancos lucraram cinco vezes mais que com FHC.

Por isso, os banqueiros apoiam entusiasticamente o governo do PT: de um total de R$ 262 milhões "doados" por empresários à campanha de Dilma em 2010, os bancos doaram R$ 38 milhões (15%). Somente o Bradesco doou R$ 12 milhões.

A dívida das famílias já consome 43,42% de toda a renda anual do povo brasileiro. Como vimos, o pagamento da dívida pública já consome também 47,19% do orçamento federal. Os banqueiros sugam quase metade do orçamento federal e quase metade da renda das famílias brasileiras. Para quem brilhou a estrela petista nestes 10 anos?

O que dá para fazer com dinheiro da dívida

Como esta dívida é impagável e cresce a cada dia, uma criança que nasce hoje, em abril de 2013, já vem ao mundo devendo R$ 18.500,00. Só em 2013, pagaremos cerca de R$ 850 bilhões em juros e amortização da dívida.

O governo Dilma está gastando num mês em pagamento da dívida, o que gasta em um ano com a Saúde. Com o dinheiro que se paga aos banqueiros poderia se empregar todos os desempregados do Brasil, que representam 10 milhões de trabalhadores, pagando R$ 5 mil por mês. Ou poderia pagar o salário mínimo do DIEESE, de R$ 2.329,35, para todos os 39 milhões de trabalhadores brasileiros que ganhavam até um salário mínimo.

A bomba relógio do endividamento da população

A pesquisa da Confederação Nacional do Comércio (de abril de 2013) indica que temos 118 milhões de brasileiros endividados, sendo que 37 milhões estão com contas atrasadas. Destes, 12 milhões não podem pagar suas dívidas. Em 2012, segundo Reinaldo Gonçalves, tivemos 8,5 milhões de pessoas inadimplentes, que deixaram de pagar R$ 33,8 bilhões. Ainda são índices de inadimplência "baixos", mas a bomba-relógio já foi acionada.

O mecanismo de endividamento é usado como uma arma política pelo PT. O crédito generalizado gera uma sensação de que a vida está melhorando e as pessoas podem consumir.

A tão propagandeada queda dos juros em 2012 foi tímida. O Brasil ainda tem a 6ª maior taxa de juros de todo o mundo. E agora o governo já está pensando em voltar a aumentá-la.

CAMPEÃO DOS JUROS

Apesar de diminuir a taxa de juros em 2012, ela continua sendo uma das mais altas do mundo: no Brasil, uma pessoa que pegasse R$ 100 emprestados no início do ano, pagaria R$ 188,00 no final. Num país "emergente", pagaria R$ 110 e nos países ricos pagaria apenas R$ 103,00.

A tão propalada queda dos juros foi tímida, restrita aos bancos estatais e já retomou o crescimento. Os grandes bancos privados burlaram a medida. A redução de juros ocorreu de abril a outubro de 2013. Daí em diante já se iniciou um ciclo de alta dos juros, desmentindo o governo, que não fala mais no assunto.

Uma política econômica que privilegia o apoio às empresas e banqueiros

ANA LUIZA,
de São Paulo (SP)

Se a crise novamente chegar ao Brasil, o que o governo pretende fazer?

O apoio dos trabalhadores ao governo inclui a ideia de que Dilma faz "o que pode" para defender os trabalhadores diante da possibilidade da crise atingir o Brasil internacional. Será verdade?

Os governos petistas mantiveram a mesma receita dos tucanos na economia, isto é, mantendo as privatizações, a abertura da economia, a redução dos gastos públicos com o chamado superávit primário e as altas taxas de juros. Assim o governo surfou na onda de crescimento econômico mundial.

Mas em 2008, com a crise mundial, ocorreu uma mudança parcial na orientação da política econômica do governo. Para sair da recessão de 2009 (na época amargamos o encolhimento do Produto Interno Bruto (PIB) para -0,2%), o governo pôs em prática medidas "anticíclicas" para combater a crise.

O objetivo era a manutenção dos lucros altíssimos das grandes empresas. Resumem-se em um conjunto de subsídios e isenções fiscais ao grande Capital e a uma pequena redução dos juros, que deixou de ser a maior taxa de juros do mundo para ser a sexta entre todos os países.

Junto a isso, um conjunto de ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que prevê privatizações por meio das concessões e parcerias público-privadas, além das grandes obras preparatórias da Copa e da Olimpíada.

Em 2008, a ajuda bilionária às empresas conseguiu impedir o aprofundamento da crise e retomar o crescimento. No entanto, hoje essa política começa a demonstrar fôlego curto. A indústria, apesar de todos os benefícios, está estagnada e a economia como um todo se desacelera rapidamente. O PIB caiu de 7,5%, em 2010, para 2,5%, em 2011. Ano pasado fechou em 0,9%. A inflação continua crescendo. E o governo ameça com ataques maiores aos trabalhadores, a exemplo da nova reforma da Previdência e os Acordos Coletivos Especiais (ACE). Vejamos essas políticas agora:

Redução das tarifas de energia

Mais uma vez, as grandes empresas foram as maiores beneficiárias da redução das tarifas de energia elétrica. Para o povo, os cortes foram entre 16 a 18%. Para as indústrias foram de até de até 32%. Além disso, esses cortes são bancados pela redução de impostos estaduais e federais que deveriam ser utilizados para o conjunto da população. Entre eles a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que serve para subsidiar as tarifas de energia dos consumidores de baixa renda e universalizar o atendimento por meio do Programa Luz Para Todos, cujo orçamento for reduzido em 75%.

Desoneração aos empresários

As desonerações foram ampliadas à diversos setores. A mais famosa é a redução do IPI para automóveis. Entre 2001 a 2011, as montadoras receberam do BNDES US $24,6 bilhões e remeteram para suas matrizes no exterior US$ 25,6 bilhões. Pior. Só investiram aqui no Brasil US$ 19,5 bilhões. Entre maio e dezembro de 2012, Dilma destinou, por meio da redução do IPI, nada menos do que R$ 4 bilhões às montadoras.

Por outro lado, não é exigida nenhuma contrapartida e as empresas beneficiadas podem demitir como queria fazer a General Motors (GM) em São José dos Campos (SP). Ao contrário do que se pensa, essas isenções só ajudam os empresários. São recursos que poderiam ir para saúde e educação, mas vai direto para o caixa das empresas. A margem de lucro das montadoras no Brasil é a maior do mundo, 10% sobre o valor ao consumidor, contra 5% da média mundial.

Já os carros produzidos aqui são os mais caros do mundo, e custam o dobro do preço do que custam no exterior.

Inflação e cesta básica

A redução nos impostos da cesta básica, anunciada por Dilma, não significou a redução do preço dos alimentos. Na verdade, os empresários haviam lucrado antes com a disparada da inflação. Segundo o Dieese, os produtos da cesta básica aumentaram 23,7% em Salvador; 20% em Aracaju; 16,5% em Natal; e 10% em São Paulo. Já a inflação dos últimos 12 meses é de 30%.

O tomate teve aumento acumulado de 122% nesses 12 meses. Nos supermercados, era comum encontrar o quilo a R$ 10. Nas redes sociais, o tema virou piada, uma ironia para demonstrar a indignação diante desse absurdo.

Acordo Coletivo Especial (ACE)

O projeto que flexibiliza os direitos e estabelece que os acordos coletivos nas empresas terão força maior do que a legislação trabalhista foi proposto pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, ou seja, pela direção da CUT. Com a ameaça da crise, o objetivo é, na prática, atacar direitos históricos conquistados. No fundo, o que está em questão é reduzir o custo do trabalho, como reivindicam os empresários, a fim de garantir a "competitividade" do Brasil. Ou seja, garantir os lucros das grandes empresas com ataques históricos aos trabalhadores, como o fim das férias e do décimo terceiro salário.

Reforma da Previdência

Lula aprovou, em 2003, uma reforma da Previdência que reduziu direitos dos servidores ao instituir a taxação de aposentadorias e pensões. Também aumentou o tempo necessário para a requisição da aposentadoria e pôs fim ao benefício integral. O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou no julgamento do mensalão que a reforma foi aprovada na base da compra de votos dos parlamentares. Existe hoje uma campanha nacional pela anulação da reforma da Previdência.

O pior é que o governo está preparando uma nova reforma da Previdência. É a partir de uma proposta da CUT , a ideia é aplicar o chamado "Fator 85/95", garantindo da aposentadoria integral apenas aos trabalhadores que, ao se aposentarem, tenham a soma da idade e anos trabalhados superior a 95 (no caso dos homens) e 85 (mulheres). Ou seja, a reforma vai exigir mais tempo para a aposentadoria dos trabalhadores.

O Brasil, infelizmente, cont

O PT afirma que inverteu as prioridades do neoliberalismo e que o crescime

JOSÉ MARIA DE ALMEIDA, Presidente Nacional do PSTU

Os frutos do crescimento econômico nos últimos 8 anos não foram repartidos de forma igualitária. Os empresários levaram muito mais do que os trabalhadores.

A prova disso é que o Brasil, sétimo país do mundo em produção de riquezas, é o 85ª na distribuição de renda, segundo o ranking Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Não é possível mudar o Brasil de braços dados com os ricos, junto com os países imperialistas, as multinacionais e o capital internacional. Lula falou que era "barato e fácil cuidar dos pobres". Estendeu o alcance do Bolsa Família, ampliou o crédito e aumentou o salário mínimo. Tudo isso somado com um forte crescimento econômico mundial entre 2002 e 2008, deu uma sensação de desenvolvimento e inclusão social.

Mas, ao optar por governar com os ricos, teve que entregar muito mais para eles, impedindo uma verdadeira distribuição de renda no país. O governo gastou em 2012 mais de 40 vezes com o pagamento da dívida aos banqueiros do que gastou com o Bolsa Família.

Uma das piores distribuições de renda do mundo

A cartilha do PT tenta mostrar que a distribuição de renda no país avançou muito. Para isso, faz um malabarismo com os números.

Existem dois índices que medem a desigualdade nos países. O índice de Gini vai de zero a um. Quanto mais próximo de 1 maior é a desigualdade, quando mais próximo de zero maior a igualdade. No gráfico abaixo, é possível ver que o Brasil continua sendo um dos países mais desiguais do mundo.

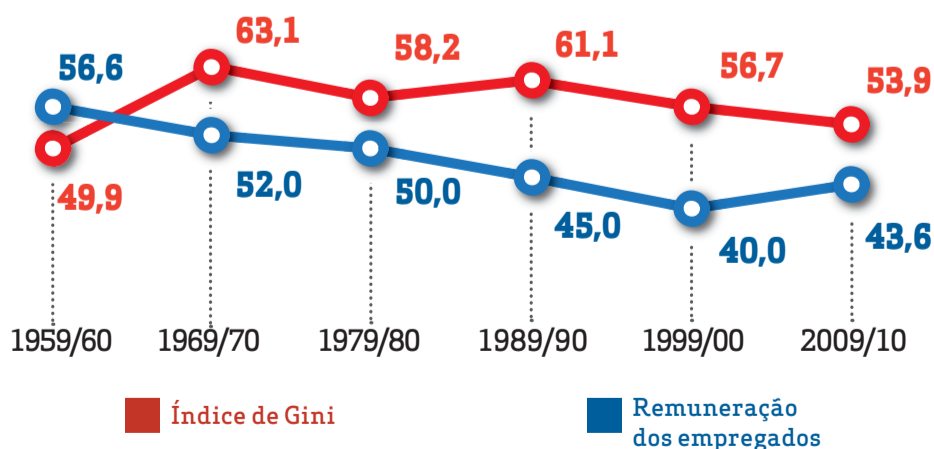
Os pequenos ganhos no governo Lula não alcançam os índices que tínhamos em 1960. Ainda hoje, dos 187 países analisados, o Brasil só ganha de 12 países, entre os quais Angola, Bolívia, Haiti e Namíbia. Em 1872, ainda sob o regime da escravidão, o índice de Gini era estimado em 56,0. Passados 140 anos, o índice está em 53,9.

Porém, o índice de Gini é insuficiente para analisar a distribuição de renda no país. Isso porque a distribuição da renda entre capital e trabalho não são avaliados por essa pesquisa. Abaixo, apresentamos (em azul) outro índice que compara a remuneração dos trabalhadores com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), soma das riquezas do país. Ele mostra que, apesar de haver uma pequena melhoria no governo Lula, a parte dos trabalhadores na renda nacional é menor do que era nos anos 1970 e 1980 .

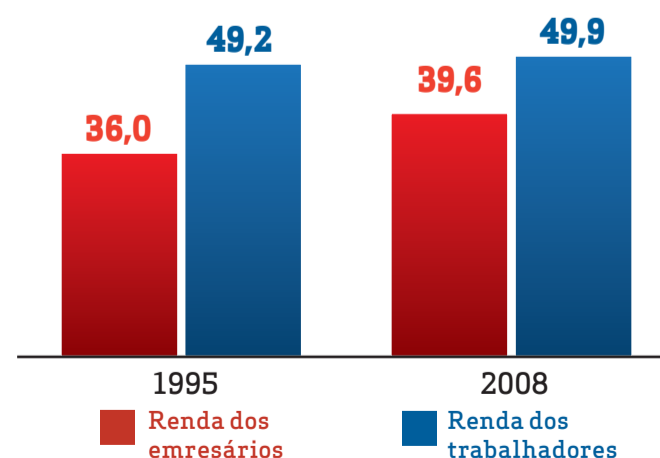
Nos debates eleitorais de 1989, Lula dizia: "Para o conjunto da classe trabalhadora começar a ganhar um pouco mais, é preciso que aqueles que ganharam muito durante os últimos 30 anos, deixem de ganhar o que estão ganhando para distribuir em forma de salário." Já no governo, fez outra coisa e não atacou os lucros dos patrões.

Analisando a distribuição funcional da renda vemos que a parte que coube aos trabalhadores correspondia a 49%, em 1995, e estava em 50%, em 2008. A pequena melhoria que houve durante o governo Lula retornou aos índices que tínhamos em 1995, auge do neoliberalismo. Em 1995 os empresários arrancaram 36% da renda, mas em 2008 chegaram a 40%.

Remuneração dos trabalhadores na renda nacional

Em % do PIB x Índice de Gini

FONTE: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração: IPEA publicado em Comunicados do IPEA nº47 de 5 de maio de 2010

Distribuição funcional de renda

Participação na remuneração total dos fatores (em %). É importante destacar que os grandes empresários compõe uma minoria da sociedade.

FONTE: IBGE. Adaptapo da elaboração de Estêvão Kopschitz Xavier Bastos Publicações do IPEA texto para discussão nº1702 – janeiro de 2012.

inua um país muito injusto

nto proporcionou distribuição de renda. No Brasil real é assim mesmo?

"Empresários ganharam como nunca no meu governo"

Os governos petistas não atacaram os lucros dos patrões, como Lula defendia em 1989. Em uma entrevista em 2007, Lula expressou sua satisfação: *"Estou satisfeito porque a minha relação com o empresariado brasileiro é boa. Tenho consciência de que estão ganhando dinheiro no meu governo como nunca"*.

E, de fato, Lula fala a verdade. Entre 2003 e 2011, as 500 maiores empresas do país faturaram R$ 15,3 trilhões.

A resposta do governo em relação à crise mundial favoreceu ainda mais os patrões com a desoneração da folha de pagamento, a isenção de impostos etc. Segundo a Receita Federal, as desonerações e renúncias fiscais geraram uma perda de R$ 46,4 bilhões aos cofres públicos em 2012. Neste ano, as desonerações vão atingir R$ 53 bilhões, quase metade dos lucros das 325 maiores empresas do Brasil.

Os patrões reclamam do "custo Brasil", se referindo aos salários que seriam muito altos. Uma piada de mau gosto, pois no Brasil, a média do salário pago por hora na indústria é de US$ 5,41 dólares. Na Alemanha custa US$ 25,80 e nos EUA US$ 23,30 dólares, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A pobreza está acabando no Brasil?

"O avanço da mobilidade social, fundada na geração de empregos formais e nas políticas públicas de proteção social torna a pobreza diminuta com cadente desigualdade na repartição da renda nacional jamais vista na História nacional", afirma a cartilha do PT. O governo ainda diz que retirou 22 milhões de brasileiros da extrema pobreza e agora só restam 2 milhões.

Essa afirmação, porém, se apóia em uma manobra estatística na qual a categoria "pobreza extrema" inclui as famílias que recebem até R$ 70 por pessoa ao mês, e são "pobres" as que recebem de R$ 70 a R$ 140 por mês. Na verdade, esse é o critério do Banco Mundial: quem tem renda menor que US$ 1,25 por dia é miserável. Quem ganha até US$ 2,50 dólares por dia é pobre. Por isso, para o Banco Mundial, "o Bolsa Família é bastante eficiente e tem um custo relativamente baixo (0,5% do PIB nacional)".

Esta linha demarcatória da pobreza é rebaixada de propósito para inflar as conquistas do governo petista. A própria burguesia incentiva esses dados porque fortalece sua dominação, reforçando a visão que o sistema capitalista pode distribuir renda de forma igualitária. O problema é que a pobreza não acabou e nem acabará sob o sistema capitalista.

Vamos fazer as contas na vida de uma família de quatro pessoas que está para sair da "pobreza", segundo o governo. Multiplicando R$140 por 4, essa família teria uma renda mensal de R$ 560, abaixo do salário mínimo (R$ 678).

Em Fortaleza, a passagem de ônibus custa R$ 2. Se um trabalhador usar dois ônibus (ir e voltar do trabalho), usando um rendimento de R$ 70 reais por mês, sequer vai cobrir os gastos com a passagem, pois gastaria R$ 96 mensais. Mesmo assim, nas contas do governo, o Brasil teria 6,3% de extrema pobreza e 15,7% de pobreza, portanto, em "vias de acabar".

Já o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) utiliza uma classificação diferente para definir a pobreza. Para o departamento, o trabalhador que recebe até um salário mínimo é considerado miserável. Se recebe entre um a dois salários mínimos é considerado pobre. Se utilizarmos esse critério o país teria, em 2010, 15,7% da população na pobreza extrema, e 36,8% na pobreza. Os índices simplesmente dobrariam.

Em números absolutos, segundo o governo, teríamos, pelo Censo do IBGE de 2010, 30 milhões de pobres. Já pelo critério do DIEESE seriam 70 milhões, quase a metade concentrados na região Nordeste.

Mas a pobreza não é um simples dado estatístico, sobre "o quanto" o individuo recebe por dia. Ela deve ser entendida com um critério mais amplo, como "privação de capacidades básicas", ou seja, considerando atraso educacional, acesso aos serviços de saúde, situação da moradia, acesso a serviços básicos, à alimentação e à seguridade social.

Por este critério tivemos, em 2011, 62 milhões de pessoas que não tem acesso aos serviços básicos; 113 milhões têm carências sociais; e 58 milhões têm carências de rendimentos. A pobreza continua disseminada em todo o país, apesar da propaganda governamental.

Existe uma "nova classe média"?

Segundo o governo, o Brasil se tornou um país de classe média, que contaria com mais de 95 milhões de pessoas, um pouco mais de 50% da população. Integraria a essa classe média quem dispusesse de renda per capita entre R$ 291 a R$ 1.019 reais por mês. Marcelo Neri, um dos propagandistas do governo diz que tivemos "a adição de 40 milhões de pessoas, entre 2003 e 2011 na classe media brasileira", deixando a condição de pobres para trás.

Você acha que com R$ 291 reais por pessoa realmente chegou a classe média? Ou que uma família formada por quatro pessoas, com uma renda de R$ 1.164 pode ser definida como de classe média? Sabemos que esses rendimentos não pagam nem o aluguel desta família, imagine plano de saúde, alimento, veículos, lazer, roupas etc.

Ao invés de nova classe média, estamos vivendo um processo complexo de ampliação da classe trabalhadora, que passou a ter acesso ao consumo pela expansão do crédito. Uma ampliação marcada pela precariedade e pelo endividamento.

O crescimento econômico gerou 20 milhões de empregos, e produziu uma modesta elevação do salário mínimo. O Bolsa Família incorporou ao mercado milhões de pessoas. Tudo isso levou a uma elevação da renda dos setores mais empobrecidos do povo.

Mas junto com isso, ocorreu uma queda dos salários e aumentou a precarização das condições de trabalho de categorias como metalúrgicos, eletricitários, petroleiros, bancários, servidores públicos, professores universitários, engenheiros, médicos entre outros.

A cara do emprego no governo do PT

FRANCISCO GONZAGA,
de Fortaleza (CE)

O desemprego caiu, mas os postos de trabalho gerados nos dez anos de governo do PT são precarizados e com salários baixíssimos

Governo do PT faz propaganda sobre a geração de empregos, mas ataca direitos trabalhistas

"Precisam-se de funcionários". Uma rápida caminhada pelas ruas de qualquer cidade revela a atual situação do mercado de trabalho no país. Na padaria da esquina, na pizzaria, na oficina mecânica, as placas divulgando ofertas de emprego estão em quase todos os lugares. Isso expressa um fato amplamente utilizado pelo governo e o PT para defender sua política econômica nesses últimos 10 anos: a redução do desemprego.

Segundo levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a taxa de desemprego em fevereiro de 2013 era de 5,6%, uma das mais baixas da história. Tal índice tem levado o governo a afirmar que estamos próximos do "pleno emprego", ou seja, do desemprego zero. Será mesmo assim? Os números do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), levantados no mesmo universo do IBGE, nas sete regiões metropolitanas, trazem uma realidade distinta. Com uma metodologia mais rígida que a do órgão do governo, que conta parte do desemprego oculto, o instituto traz um índice muito maior, de 10,4%, o que representa mais de 10 milhões de pessoas sem emprego no Brasil.

Não significa que não tenha havido uma redução do desemprego no último período (em novembro de 1999 o desemprego atingia 8% segundo o IBGE). A procura por mão-de-obra, tanto no setor de serviços quanto na construção civil, mostra isso. Mas estamos ainda muito longe do pleno emprego e com um índice de desocupação considerado alto em qualquer país. Maior, por exemplo, que nos EUA, epicentro da crise econômica internacional em 2008, e em muitos países da Europa, também atingidos pela crise. Mas, como são esses empregos gerados durante os anos de governo petista?

BAIXOS SALÁRIOS

Em sua comparação com os anos de FHC, o PT faz questão de ressaltar a geração de 18,5 milhões de novos postos de trabalho nesses 10 anos que está à frente do governo federal. No governo tucano foram apenas 5 milhões. No entanto, o que esses números escondem? Eles não mostram que a grande maioria desses empregos criados no governo Lula e Dilma é composta por empregos precarizados, de baixíssima remuneração. Por outro lado, houve a queda dos empregos com salários maiores.

> **Houve de fato uma redução do desemprego. Mas os novos postos de trabalho mostram o avanço da precarização dos empregos, com baixos salários.**

Entre 2000 e 2010 foram criados 20 milhões de postos de trabalho com carteira assinada de até 1,5 salário mínimo. Mas, no mesmo período, foram extintos outros 4 milhões de empregos que pagavam três salários mínimos ou mais. Foi o oposto do que ocorreu nas décadas anteriores, quando cresciam os empregos de todas as faixas salariais, principalmente os que pagavam três salários mínimos ou mais. De 1970 a 2000, os empregos de até 1,5 salário mínimo perdiam peso em relação ao conjunto dos postos de trabalho, passando de 77% para 45,8%. A partir dos anos 2000, com a geração de empregos concentrada nos de menores salários, essa situação se inverteu e os postos de trabalho de até 1,5 salário mínimo passaram para 59% dos empregos, enquanto todas as outras faixas salariais diminuíram seu peso.

Isso mostra que houve, de fato, uma redução do desemprego com a criação dessas novas vagas nos últimos anos. Esses postos de trabalho, porém, mostram o avanço da precarização dos empregos, com serviços de baixos salários. Expressa ainda o tipo de crescimento econômico experimentando pelo país no último período. Enquanto que, nas décadas anteriores, o crescimento dos postos de trabalho vinha puxado pela indústria, agora é o setor de serviços que concentra a quase totalidade dos novos empregos. Um setor que paga menos, tem piores condições de trabalho e maior rotatividade.

Dos trabalhadores que ganhavam até 1,5 salário mínimo na década de 2000, 1,6 milhão, ou 31%, eram do setor de serviços. Grande parte associado à terceirização, principal meio para se reduzir o custo da mão-de-obra, precarizar as condições de trabalho e aumentar a rotatividade. Segundo o Dieese, cerca de dois terços dos trabalhadores são demitidos antes de completar 1 ano de serviço (dados de 2009). O salário do novo trabalhador representava 89% do que era o salário anterior.

Além disso, mantiveram-se as diferenças salariais de raça e gênero. As mulheres recebem em média 73,3% do salário dos homens e os negros 60% dos rendimentos dos brancos, segundo a PNAD de 2011.

FLEXIBILIZAÇÃO TRABALHISTA

Nos governos petistas houve um aumento do número de trabalhadores com salários baixos. E, ao mesmo tempo, reduziram-se os empregos com maiores remunerações. Ocorreu, assim, um achatamento dos salários. Ao mesmo tempo, avançaram as várias formas de flexibilização do trabalho, como as terceirizações, a alta rotatividade que joga o salário para baixo, as várias formas de jornada de trabalho "variáveis", etc.

O governo do PT, por sua vez, aprovou várias medidas que, diretamente, flexibilizam o emprego, passando pela reforma da Previdência no setor público em 2003 até a Lei de Falências, aprovada pelo governo Lula e que prioriza, em caso de quebra da empresa, o pagamento de credores em detrimento dos direitos trabalhistas.

A geração 'nem-nem'

Há uma forma de desemprego que não é captada pelas pesquisas tradicionais. Parte desse desemprego é o da chamada "geração nem-nem": jovens entre 18 e 25 anos que não estudam e nem trabalham. Esse fenômeno foi revelado por um estudo do professor Adalberto Cardoso, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Compreendem 5,3 milhões de jovens que desistiram de buscar emprego, mas que também não encontram lugar no sistema de ensino.

A grande maioria é de mulheres (3,5 milhões) pobres, muitas mães solteiras. Na parcela mais pobre da população, com renda de até R$ 77, quase metade dos jovens faziam parte desse grupo.

Mas não é apenas o desalento (quando a pessoa desiste de procurar emprego) que explica o desemprego entre os jovens. Quando incluído os que buscam trabalho, o número de jovens desempregados salta para 7,2 milhões.

E a 'privataria' continua...

CYRO GARCIA,
do Rio de Janeiro

Nas campanhas eleitorais de Lula e Dilma, o PT sempre bradou contra a política de privatizações levadas a cabo pelos tucanos. Afinal, o governo do PSDB foi responsável pela entrega de setores estratégicos do país e o PT tentava se contrapor, afirmando que seu governo não privatizaria nenhuma estatal. Infelizmente a realidade é outra. Nestes 10 anos, o governo petista deu continuidade à política de privatizações, atingindo, inclusive, setores que os tucanos não ousaram tocar.

Os governos do PT privatizaram rodovias, hidroelétricas, bancos estaduais e jazidas petrolíferas, inclusive do pré sal. Lula também implementou a privatização por via das PPPs, as parcerias-público-privadas, como foi o caso da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). E Dilma continua privatizando. Privatizou a previdência dos servidores públicos, aeroportos, hospitais universitários, rodovias federais, e agora está retomando os leilões do petróleo brasileiro.

PETRÓLEO: LEILÃO É PRIVATIZAÇÃO

Dilma publicou o edital da 11ª Rodada de Licitação de Petróleo e anunciou a 1ª rodada do pré-sal para novembro deste ano. Neste leilão serão entregues 289 blocos de 11 bacias sedimentares, que contém muito petróleo.

Somente na margem equatorial brasileira estima-se existirem reservas da ordem de 30 bilhões de barris. Já as reservas do pré-sal são estimadas em no mínimo 35 bilhões de barris. O que o governo Dilma está iniciando é a maior entrega de riquezas da história do país.

Como a produção de petróleo será muito maior que o consumo interno, o país se tornará um grande exportador do produto. Como o petróleo não dá duas safras, ou seja, é um recurso esgotável, ficaremos no pior dos mundos: sem petróleo e sem perspectivas de melhoria social.

BRIGA POR ROYALTIES É CORTINA DE FUMAÇA

Os governadores dos estados "produtores" de petróleo e os "não produtores" brigam por diferentes propostas de divisão dos royalties (patentes) entre eles. Mas a verdade é que, seja qual for a forma de divisão, os royalties representam cerca de 10% da produção total. Enquanto encenam esta guerra pelos 10%, os governadores se aliam ao governo Dilma para entregar os outros 90%.

O governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB), diz que as crianças vão ficar sem merenda escolar, caso o estado perca sua fatia na divisão dos royalties. Lamentavelmente, os parlamentares do PSOL, caíram neste discurso e estiveram presentes na manifestação puxada por Cabral no centro do Rio. A verdade é que os apelos de Cabral não passam de mera demagogia. O governador nunca priorizou a educação pública, tampouco se preocupou com a merenda escolar dos filhos dos trabalhadores pobres.

O que precisamos é defender a soberania nacional, suspendendo os leilões de petróleo. Precisamos de uma Petrobras 100% estatal e sob o controle dos trabalhadores. Queremos a integração estatal de toda a cadeia produtiva: exploração, produção, transporte, refino, importação e exportação, distribuição e petroquímica. Só assim o petróleo deixará de ser um grande negócio para os acionistas e multinacionais, e passará a atender as necessidades sociais da população trabalhadora.

CONCESSÃO É PRIVATIZAÇÃO

Por trás de uma falsa discussão sobre se concessão é ou não privatização, o governo Dilma adotou uma medida, (inclusive elogiada pelo PSDB), de entregar os aeroportos de Guarulhos (SP), Campinas (SP) e Brasília (DF) para a iniciativa privada. Também já se comprometeu com a entrega, até agosto de 2013, dos aeroportos do Galeão, no Rio de Janeiro, e de Confins, em Minas Gerais.

Como se não bastasse tudo isto, o governo Dilma tenta privatizar setores da saúde e da educação por meio da implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que visa gerir os Hospitais Universitários.

O governo Dilma baixou a Medida Provisória 595 com o objetivo de privatizar 159 terminais de 24 portos. Esta medida encontrou uma séria resistência dos trabalhadores que fizeram uma greve que atingiu 36 portos, em 12 estados. A partir daí o governo recuou e se dispôs a negociar com os trabalhadores, mas deixou claro que não abandou o seu objetivo de privatização.

Em suma, o que estamos assistindo, apesar das promessas de campanha contrárias à privatização, é a implementação do "modo petista de privatizar". Na verdade, é o mesmo ideário neoliberal do PSDB. Só a mobilização da classe trabalhadora e da juventude do nosso país poderá barrar este processo de entrega da nossa soberania.

A privatização do Maracanã

JULIO ANSELMO,
do Rio de Janeiro (RJ)

O estádio do Maracanã foi transformado de templo do futebol em uma fonte de lucros para os empresários. Isto depois de várias reformas nos últimos 10 anos, que oneraram os cofres públicos em mais de R$ 1,27 bilhões. Só na última reforma, para a Copa, foram gastos R$1 bilhão, enquanto o orçamento inicial era de R$ 600 milhões. Fica evidente que esta obra, paga com recursos públicos, serviu para enriquecer as empreiteiras.

Apesar dessa montanha de dinheiro, o governo Sérgio Cabral decidiu privatizar o Maracanã, templo do futebol nacional. É bom lembrar que o PT e o governo federal apóiam essa iniciativa.

Com a privatização, os empresários serão beneficiados com a construção de um shopping e um estacionamento. Tudo isso a partir da destruição do parque aquático Julio Delamare, do estádio de atletismo Célio de Barros, da Aldeia Maracanã e da Escola Municipal Friedenreich, que cumprem uma função social importante para os cariocas.

Os partidos de esquerda e as organizações do movimento social do Rio seguirão na luta contra a privatização do estádio, que representaria mais um roubo do patrimônio público.

CSP-Conlutas: o sindicalismo que não se rendeu

SEBASTIÃO CARLOS, CACAU, da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas

O PT e a Central Única dos Trabalhadores foram, em sua origem, conquistas das lutas dos trabalhadores e da juventude que levaram à derrocada da ditadura militar no Brasil. Lula foi a grande expressão desse momento histórico.

Fundada em 1983, a CUT se tornou uma das maiores centrais sindicais do mundo. Mas, pela política de sua direção burocrática, ainda nos seus primeiros anos, começou a trilhar um caminho diverso daquele que foi definido em sua fundação. De uma central democrática, classista e de luta, a CUT começou a se adaptar às pressões institucionais. Abandonou o sindicalismo de confronto e resistência e girou para um sindicalismo de conciliação, travestido do pomposo nome de "sindicalismo propositivo" ou "cidadão".

O III Congresso Nacional da CUT, realizado em 1988, foi o último grande congresso da central e marcou uma mudança de rumos importante. O congresso foi polarizado pelo debate das mudanças estatutárias, mas, na realidade havia uma tentativa de transformação da CUT numa central com perfil conciliador.

A direção da CUT deu um salto nesse rumo, apoiando as Câmaras Setoriais e o "acordo das montadoras" do ABC paulista, que resultou em milhares de demissões de trabalhadores. Começou a depender de verbas do Estado, como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e participou do "entendimento nacional" proposto pelo governo Collor.

Em 1995, Vicentinho, então presidente da CUT, aceita a proposta do governo FHC de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, substituindo-a pelo tempo de contribuição.

PT NA PRESIDÊNCIA E A REORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Em 2003, esse processo de integração deu um salto, com o apoio da direção da CUT à reforma da Previdência. Sindicalistas se integraram ao governo e o governo Lula jogou trabalhador contra trabalhador, acusando os servidores públicos de privilegiados. O PT deu sequência às reformas de FHC na Previdência e atingiu em cheio os servidores públicos.

A luta contra a reforma abriu uma dissidência no interior da CUT. As organizações dos servidores públicos se põem à cabeça. Milhares ocuparam Brasília, mas a reforma passou com os votos do PT e da maioria do Congresso Nacional. Pior ainda. Com o apoio da maioria da direção da CUT.

O governo Lula se sentiu forte e ameaçou com uma nova reforma, nas leis trabalhistas. Frente à tamanha traição da direção da CUT, a Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de Minas Gerais fez um chamado para romper com a CUT e discutir uma alternativa.

Em março de 2004, em Luziânia (GO) aconteceu o "Encontro Sindical Nacional" contra as reformas sindical e trabalhista. Surge a Coordenação Nacional de Lutas, embrião do que viria a ser uma nova central sindical no país. Um setor das entidades presentes em Luziânia decidiu se manter na CUT, criando posteriormente a Intersindical. Alguns continuam dentro da CUT até hoje. Já a coordenação de entidades surgida em Luziânia abriu um debate pela desfiliação da CUT nas bases de dezenas de sindicatos, criando um novo campo, classista e combativo.

Em 2006, no Congresso Nacional de Trabalhadores (Conat), realizado em Sumaré (SP), a coordenação deu um passo adiante e se transformou numa nova central sindical, a Conlutas. O congresso tem a participação do movimento popular, juventude e movimentos de luta contra a opressão. A Conlutas nasce com o objetivo de reconstruir a unidade dos trabalhadores na luta.

A democracia interna relembra os primeiros anos da CUT: a representação direta das entidades, sem funil pelos estados. Congressos amplos e bianuais. Proporcionalidade direta na composição das instâncias de direção e revogabilidade dos mandatos. Também os princípios e o programa relembram a fundação da CUT. A defesa da centralidade da ação direta, o classismo, a autonomia frente aos partidos e a independência frente ao Estado burguês e suas instituições. Outra característica é a defesa do socialismo e do internacionalismo proletário. O Congresso realizado em Betim (MG), em 2008, reafirmou esse caminho e relançou o chamado à unidade dos setores combativos.

No movimento estudantil ocorreu um processo parecido, com a cooptação da direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) pelo governo. A juventude combativa organizou a Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (ANEL). No campo, não é diferente, diante da capitulação da maioria da direção do MST. O que ocasionou a fragmentação do setor em dezenas de pequenos movimentos.

Em Santos, em 2010, a Conlutas realizou, junto com outras entidades, o Congresso da Classe Trabalhadora (Conclat), cujo grande objetivo era a unificação entre a Conlutas com a Intersindical e outros setores. O Congresso, infelizmente, não alcançou seus objetivos. Uma parte das organizações (Intersindical, Unidos Pra Lutar e MAS) não aceitou o resultado das votações das poucas polêmicas que foram a voto e se retirou do Congresso.

Essas diferenças de metodologia e de concepção impediram a unificação, mas a CSP-Conlutas (agora, Central Sindical e Popular), nascida a partir do Conclat, incorporou um importante setor de novas entidades e movimentos. Em 2012 foi realizado em Sumaré (SP) um grande Congresso.

A CSP-Conlutas se firmou em lutas importantes, na greve dos servidores federais, na resistência do Pinheirinho, nas greves operárias das obras do PAC, na lutas das mulheres, negros, LGBTs, entre outras mobilizações.

NOVOS ENFRENTAMENTOS COM O GOVERNO DILMA

A luta contra o Acordo Coletivo Especial (ACE), pela anulação da reforma da Previdência de 2003 e contra a nova reforma previdenciária em curso (o chamado fator 85-95), recoloca novamente a importância da reorganização da classe trabalhadora. Novamente há um conluio entre governo e centrais governistas, inclusive a CUT, para aprovar estes ataques.

A CSP-Conlutas, a corrente "CUT Pode Mais", a Feraesp (federação de assalariados rurais de São Paulo), a Condsef (confederação dos servidores públicos) e outras entidades, tem buscado construir a unidade na luta contra esses projetos. São organizações que vem se enfrentando com as políticas de privatização, sucateamento dos serviços públicos e retirada de direitos dos trabalhadores. Que lutam contra o favorecimento ao agronegócio e outras políticas implementadas pelo governo Dilma e pelos governos de direita (PSDB e aliados).

No dia 24 de abril, estaremos juntos em Brasília. Desta vez marchando em defesa dos direitos da classe trabalhadora. A Marcha simboliza a resistência de um setor dos trabalhadores contra a maioria das direções. Insistimos em construir um caminho de luta e independente, o caminho dos trabalhadores.

A juventude que luta e sonha está construindo o novo!

MATHEUS GOMES,
de Porto Alegre
(RS)

Mais de cinco mil pessoas nas ruas de Porto Alegre (RS), debaixo de um temporal, cantando "pode chover, pode molhar! Mais um aumento eu não vou pagar!". Milhares de jovens nas cidades de todo o país protestando pela saída de Marco Feliciano da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Uma greve nas universidades e institutos federais no ano passado contra o descaso com a educação pública.

Não é só na Europa da crise econômica ou nos países do Oriente Médio e Norte da África que a juventude está lutando. Nestes dez anos do PT, os jovens brasileiros também estiveram nas ruas.

Porém a juventude não conta com a União Nacional dos Estudantes (UNE) para fortalecer as lutas. Por que isso ocorre?

PASSADO E PRESENTE DA UNE

A UNE foi protagonista de lutas históricas. Além de defender a educação pública, atuou decisivamente na campanha "O Petróleo é Nosso", na resistência à ditadura militar e no Fora Collor.

Infelizmente hoje a situação é bem diferente. A entidade que lutou contra o neoliberalismo dos tucanos, virou grande incentivadora da "Reforma Universitária" do governo Lula em 2005, escondendo seu caráter também neoliberal. Apoiando o ProUni, a entidade jogou no lixo a defesa da educação pública, pois defende a transferência de verba pública para o ensino privado. Defendendo a Lei de Inovação Tecnológica, enterrou a luta pela autonomia na produção de conhecimento e contra a mercantilização da educação. A lei legalizou e ampliou a entrada de empresas nas instituições públicas de ensino.

Em 2007, Lula apresentou o ReUni e, mais uma vez, a UNE estava na trincheira oposta à dos estudantes, que se mobilizavam nacionalmente numa enorme onda de ocupações de reitorias. O movimento estudantil avisou que o projeto representaria muito mais precarização que expansão. Não deu outra. Com cinco anos de aplicação, a resposta foi uma enorme greve, contra as consequências do modelo de ensino adaptado ao mercado que o ReUni impôs.

Mas a UNE não deixou para trás apenas o seu histórico de defesa da educação. Abandonou por completo a luta por um Brasil mais justo. A UNE, hoje, se cala diante dos leilões de petróleo realizado pelo PT. E engana a juventude dizendo que os 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação enfim serão conquistados (para daqui dez anos!), através dos *royalties* do petróleo. Escondem que eles equivalem a, na verdade, apenas 0,6% do PIB.

A UNE que lutou pelo *impeachment* do Collor é defensora do mensaleiro Zé Dirceu e do corrupto Renan Calheiros e nada faz para derrubar Feliciano, porque atua o tempo inteiro com o objetivo de manter a estabilidade do governo do PT.

DAS RUAS PARA OS GABINETES

Há alguns anos, a UNE estava se distanciando dos estudantes e perdendo a democracia interna. Mas o salto na mudança da UNE veio com a entrada do PT no governo federal. A entidade passou a ser diretamente um agente do governo dentro do movimento. Tornou-se um instrumento para convencer a juventude de que as medidas aplicadas por Lula e Dilma não são ataques, mas sim conquistas.

Dizem para os estudantes que o ProUni é uma oportunidade de conseguirem um diploma. Não dizem, porém, que eles poderiam estar numa universidade federal se o dinheiro do governo dado ao dono da faculdade fosse investido na educação pública. Enganam com a promessa dos 10% do PIB através dos *royalties* do petróleo, ao invés de defender uma Petrobras 100% estatal.

A UNE, portanto, é um dos sustentáculos em que o PT pode se apoiar para governar. Com o PT no poder, infelizmente, as organizações que os trabalhadores e estudantes construíram ao longo de décadas deixaram as ruas e entraram nos gabinetes. Um bom exemplo é Lindbergh Farias que, aos 23 anos, então presidente da UNE, foi o grande representante dos "caras pintadas" que derrubaram Collor. Hoje é senador pelo PT e é acusado de corrupção em seu mandato na prefeitura de Nova Iguaçu (RJ).

É por isso que a juventude do PSTU rompeu com a UNE. A juventude brasileira não pode ficar à mercê de uma entidade que tem como objetivo sustentar um governo.

A adaptação da UNE ao governo marca um fenômeno muito importante. Hoje, as lutas da juventude não passam mais por dentro dessa entidade. A reorganização, então, abre espaço para a construção de uma alternativa que aglutine os lutadores.

A JUVENTUDE TEM ALTERNATIVA

Há um elemento comum nos movimentos juvenis em todo o mundo hoje, independentemente da situação política dos diversos países: a procura por novos caminhos para organizar suas lutas.

O compromisso da UNE com o governo fez com que o movimento estudantil brasileiro passasse a lutar por fora (e contra!) a velha entidade e criasse a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre! (ANEL) em 2009. A Juventude do PSTU tem muito orgulho de impulsionar essa alternativa, que hoje cumpre o papel de unificar ativistas de diversas posições políticas para lutar por outro projeto de educação e sociedade.

A maior prova disso foi o Comando Nacional de Greve dos Estudantes (CNGE) que articulou, em 2012, a greve das universidades federais, unificando gente de norte a sul do país. Sem a ANEL, dificilmente poderíamos contar essa história hoje.

Nos dez de governos do PT, a juventude não faz festa, mas sim muita luta. Não temos nada a ver com os ex-presidentes da UNE que hoje defendem o Código Florestal, como Aldo Rebelo (PCdoB), ou com Orlando Silva (PCdoB), envolvido em escândalos de corrupção. Não temos nada a ver com o PT que pôs Marco Feliciano (PSC) na presidência da Comissão de Direitos Humanos. A ANEL está do lado do novo, que não está nos gabinetes, mas nas ruas derrubando aumentos das tarifas de ônibus, contra Feliciano e lutando por outro projeto de educação pública.

Todos ao II Congresso da ANEL!

O Segundo Congresso Nacional da ANEL será realizado entre os dias 30 de maio a 2 de junho, em Juiz de Fora (MG). Um congresso independente do governo e que vai unificar as lutas dos jovens de todo o país! Não deixe de participar!

Juventude de Porto Alegre (RS) vai às ruas para barrar o aumento da passagem

Mulheres trabalhadoras: nada a comemorar nos governos do PT

ANA PAGU,
da Secretaria Nacional de Mulheres do PSTU

O PT foi o catalisador da esperança de toda uma geração que apostava na possibilidade de mudar a sociedade. Apesar das inúmeras modificações no programa e das alianças com a burguesia, ainda alenta a simpatia de setores dos trabalhadores, particularmente, das mulheres, que compõe a metade de toda a classe trabalhadora no país.

Trata-se de uma contradição, já que as mulheres figuram nas estatísticas como as mais pobres no país, juntamente com os negros. Um estudo do Instituto Latino-americano de Estudos Socioeconômicos (ILAESE) analisou trabalhadores de quatro categorias, agricultura, trabalho doméstico, autônomos e temporários, que ganham até 1,5 salários mínimos. Em todos esses setores, as mulheres compõem 88%, e a população negra 68%. O que leva à conclusão de que a pobreza em nosso país tem cor e gênero. Vale lembrar que, para os cálculos do governo, esse extrato entraria na "nova classe média", uma vez que recebem até R$ 1.019,00.

Uma parte dessa identificação pode ser atribuída ao fato de Dilma ser mulher e expressar uma figura forte, demonstrando que as mulheres também podem atuar na política, ao contrário do que prega a ideologia machista naturalizada. E cujo aspecto ideológico Dilma trabalha bem, sempre se comprometendo a honrar as mulheres, além ampliar a presença delas no seu ministério. Entre as nove Secretarias Nacionais, cinco são chefiadas por mulheres. Entre os 29 ministérios, cinco estão sob direção feminina, entre eles, a Casa Civil e o Planejamento.

8 de Março: em todo o país pessoas foram às ruas pedir o fim da violência contra a mulher.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Por outro lado, há um conjunto de políticas em relação às mulheres trabalhadoras que o governo do PT vem implementando. Por exemplo, no programa Bolsa Família, há um incentivo para que as mulheres tenham a titularidade do benefício, o que faz com que, hoje, a maioria dos responsáveis pelo recebimento (92%) sejam mulheres. Isso é uma medida muito contraditória, porque se por um lado a mulher passa a ser responsável pelo benefício, por outro, ela continua com a obrigação de cuidar dos filhos, acompanhá-los na frequência à escola, garantir que eles estejam em condições de saúde para ir às aulas, reforçando a obrigação da mulher em relação aos cuidados domésticos. E, além disso, elas se responsabilizam por sustentar os filhos com R$ 70 por criança.

METAS E POUCO AVANÇO

Nas políticas específicas, a principal foi a criação, em 2002, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, que ganhou status de Ministério no governo Dilma. Até 2013, essa secretaria elaborou três planos de atuação nacional, cujas principais metas giram em torno da redução da violência contra a mulher, combate à mortalidade materna, construção de creches e iniciativas de combate à desigualdade. Muito pouco se avançou nessas metas, pois na maioria das vezes não há orçamento específico e nem investimento sistemático.

SEM CRECHES

Um importante setor que sofre com a falta de prioridade orçamentária é a educação. A ausência de política para construção de creches impede com que oito em cada 10 crianças não tenham acesso à Educação Infantil, e uma parte significativa das mulheres não pode trabalhar porque não tem onde deixar os filhos. A meta do governo era de construir 12 mil unidades, mas foi abandonada e reduzida para 6 mil no início do governo Dilma. Mas sequer foram entregues mil unidades, segundos dados do CFEMEA. E não foi por falta de recursos, mas sim de prioridades, já que ao longo desses 10 anos seguiu gastando metade do orçamento com o pagamento da dívida pública.

VIOLÊNCIA MACHISTA

O combate à violência contra a mulher é uma necessidade diante do avanço de homicídios em decorrência da violência machista. De acordo com a ONU, nos últimos 10 anos, comparando-se as décadas de 1980, 1990, e 2000, houve um crescimento de quase 100% de homicídios de mulheres. Foram 93 mil mortes até 2010. Apenas entre 2000 e 2010 foram 47 mil. Isso ocorre num mesmo momento em que o orçamento para aplicar a Lei Maria da Penha é sistematicamente reduzido e conta com uma rede de atendimento cuja cobertura não ultrapassa os 10% dos municípios brasileiros. Outro elemento importante é que parte da implementação da política foi terceirizada, ficando a cargo de ONGs e outras instituições.

A QUESTÃO DO ABORTO

O PT simplesmente rasgou seu programa sobre a questão do aborto. Já na eleição de 2002, Lula não se comprometeu com nada nesse sentido. No segundo mandato, assinou o acordo Brasil-Vaticano, que selava intenções em não legalizar a prática. Foi em seu mandato que 10 mil mulheres foram indiciadas por crime por prática de aborto clandestino. E, agora, Dilma já disse que não irá tomar nenhuma medida no sentido de avançar na questão. Um posicionamento que ficou claro desde sua eleição, com a "Carta ao Povo de Deus". Dilma sequer apoia a decisão dos médicos de flexibilizar a criminalização. Pior ainda, criou até um cadastramento de grávidas ao lado do projeto Rede Cegonha, que poderia ser usado para ampliar a criminalização das mulheres. Felizmente o cadastro foi derrubado graças às mobilizações dos movimentos de mulheres.

Na lógica de "construir o que era possível", o governo teve inúmeras iniciativas para as mulheres, mas de efetivo pouco saiu do papel. A realidade é que elas continuam entre as mais pobres, com menores salários e vítimas do descaso do poder público. É importante que as mulheres atuem na política. Mas a existência de mulheres no governo e nos ministérios não significa que as trabalhadoras tenham seus direitos atendidos. Somente um programa vinculado à classe trabalhadora e socialista pode avançar nas demandas das mulheres trabalhadoras, que o PT abandonou há tempos.

O PT e a "inclusão marginal" de negros e negras

HERTZ DIAS,
da Secretaria de Negros e Negras do PSTU

No início dos anos 1980, quando o PT surgiu, a imensa maioria dos ativistas do movimento negro viu o partido como a possibilidade de construção de um "novo quilombo"; um espaço e um instrumento para fazer avançar o processo de reorganização da luta anti-racista que, na esteira da derrubada da ditadura, havia dado importantes passos, particularmente com a fundação, em julho de 1978, do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR).

Passados 10 anos desde que o partido chegou ao poder, apesar das enormes expectativas ainda hoje alimentadas pela maioria da população negra, esta perspectiva foi completamente soterrada pelas marcas registradas do "modo petista de governar", a começar pelas alianças com os setores mais conservadores (e racistas) da sociedade e pela submissão de toda e qualquer política à lógica do mercado neoliberal.

A INCLUSÃO MARGINAL DA POPULAÇÃO NEGRA

Ainda no primeiro mandato de Lula, a única medida concretamente voltada para a população negra é um dos exemplos mais lamentáveis desta historia: o Programa Universidade para Todos (ProUni).

Em um momento em que nem 2% da população negra estava nas universidades, o governo petista criou um projeto de "inclusão" que, na prática, apostava na perpetuação na marginalização dos negros e negras.

Como se sabe, ao invés de garantir as cotas e ampliar as vagas na educação pública (como havia prometido durante a campanha), Lula criou um programa que, além de jogar a população negra em escolas privadas de baixa qualidade, ajudou a encher ainda mais os cofres dos tubarões de ensino através da destinação de milhões de reais em isenções fiscais e do pagamento de mensalidades.

Se essa foi a marca do primeiro mandato, o resto da década não foi nada diferente. Enquanto realizava conferências, cujas resoluções e promessas, nunca saíram do papel, o governo petista – primeiro com Lula e, depois, de forma ainda mais intensa, com Dilma – foi abandonando ou distorcendo, uma a uma, as principais bandeiras do movimento negro.

Os exemplos dariam para preencher páginas deste jornal, mas dois deles bastam para ilustrar o que estamos falando. Em 2003, uma reivindicação histórica do movimento, o ensino de história e cultura afrobrasileira (lei 10.639/03), foi aprovada com um único veto do presidente: o corte do artigo que previa a destinação de verbas para a formação de professores. Um "detalhe" que, na prática, faz com que, até hoje, a lei só saia do papel através do esforço e dedicação dos próprios educadores.

Mais escandaloso, ainda, foi uma das últimas medidas sancionadas por Lula, em 2010: o Estatuto da Igualdade Racial, cujo texto original, construído pelo movimento negro, foi completamente mutilado em função de um acordo espúrio entre o senador Paulo Paim (PT-RS), a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), criada no início do governo Lula, sem verbas e função definidas. O acordo também incluía os representantes do agronegócio, representados pelo corrupto Demóstenes Torres (DEM-GO).

O resultado foi um texto absurdo, do qual foram retiradas bandeiras históricas como as cotas, a regulamentação e titulação das terras quilombolas e até mesmo qualquer menção aos termos raça, escravidão e identidade negra.

COTAS: 30 ANOS DE LUTA E UMA VITÓRIA PARCIAL

Apesar de tudo isto, a população negra e, particularmente a enorme maioria do movimento negro, ainda vê no governo um aliado no combate ao racismo. Parte desta percepção, hoje, se deve à recente aprovação das cotas raciais e sociais nas universidades federais.

Arrancado depois de décadas de lutas e anos de engavetamento nos gabinetes do governo, o projeto, contudo, também está longe do que era reivindicado. Primeiro, porque parte de uma sub-representação da população negra; segundo, porque não prevê medidas que garantam a permanência (como bolsas de alimentação, moradia e transporte).

CRESCIMENTO DESIGUAL E MANUTENÇÃO DO ABISMO RACIAL

Contudo, não são apenas as manobras nem as pífias concessões do petismo que revelam seu verdadeiro caráter no que se refere ao combate ao racismo. Mais importante é entender que, assim como acontece em relação à endividada "nova classe média", a ilusão de "ascensão social" e conquista de direitos não resiste a uma análise mais profunda da realidade.

Exemplo disto pode ser dado pelos dados do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Um ano antes do PT chegar ao poder, enquanto o "Brasil Branco" ocupava a 47ª posição entre as nações mais desenvolvidas; o "Brasil Negro" estava na 107ª posição do ranking. Dez anos depois, esse abismo continua praticamente o mesmo, como revelou a pesquisa feita em 2009: as condições de moradia, saúde, educação e saneamento básico da população branca a colocaram no 40ª lugar no ranking, enquanto os negros permaneciam na 104ª posição.

Outros índices que demonstram o descaso e ineficácia das políticas raciais do petismo são ainda mais trágicos. Segundo dados do Seppir, vivemos em um país onde a cada 25 minutos um jovem negro, de 15 a 24 anos, morre de forma violenta.

O número é absurdo por si só, mas a cumplicidade dos governos petistas em relação a este genocídio é ainda mais grave. Em 2002, morriam 45,8% mais negros que brancos nesta faixa etária. Em 2010, a proporção já havia saltado para 139%. Praticamente no mesmo período (entre 2002 a 2008), enquanto o número de vítimas brancas caiu em 22,3%; entre negros o índice subiu em 20,2%.

Par além da violência física, a cumplicidade dos governos petistas com a manutenção do abismo racial se revela particularmente nas condições de vida da população negra. Segundo o Ipea, em 2010, 63% de negros e negras viviam abaixo da linha de pobreza, uma situação explicada pelo fato de que, ao optar por governar com a burguesia, os governos petistas mantiveram a essência do racismo: a combinação entre opressão racial e exploração capitalista.

Uma realidade que pode ser constata com um único dato: em 2010, enquanto a média salarial dos brancos chegava a R$ 1.538, a de um negro não passava de R$ 834 e de uma mulher negra era pouco maior que a metade disto.

PRECISAMOS DE UM QUILOMBO DE RAÇA E CLASSE

Essa combinação perversa repercute em todos os outros aspectos da vida da população negra. Ainda em 2010, o analfabetismo, por exemplo, entre brancos, com mais de 15 anos, era 5,9%; entre negros, 14,4%. Dados todos eles ainda mais graves se consideramos a situação das mulheres negras, ainda mais expostas à violência, à precarização e às piores condições de vida.

Uma situação que, com Dilma, só tende a piorar como ficou claro todo o episódio em torno do deputado Marco Feliciano. É por todos esses motivos que o movimento negro deve retomar a luta independente e sem patrões contra a opressão e a exploração.

Homofobia aumenta e governos do PT se calam

Estudantes protestam na Câmara contra a permanência de Marco Feliciano na presidência da Comissão de Direitos Humanos. Mesmo com toda pressão, governo Dilma permanece calado.

ELDER SANO 'FOLHA' & MARÍLIA MACEDO, da Secretaria Nacional LGBT do PSTU

Governo do PT usa políticas públicas para os LGBTs como moeda de troca no Congresso Nacional.

Desde que o movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) surgiu no Brasil, no final da ditadura, o PT foi uma referência para seus ativistas. Nos anos 1980 e 1990, o PT era o único partido que oferecia espaço para o debate sobre a homossexualidade e a homofobia. Não por acaso, era o partido no qual se organizava a maioria das lideranças do movimento LGBT.

A eleição de Lula, em 2002, também gerou inúmeras expectativas no neste movimento. Nos últimos 10 anos, a visibilidade LGBT aumentou consideravelmente. Em diversos estados foi conquistado o reconhecimento da união estável e de uniões civis, fruto de anos de lutas e mobilizações.

É compreensível que os LGBTs, cujos direitos civis são negados e vidas são brutalmente retiradas, tenham percebido na eleição de Lula e Dilma a esperança das tão sonhadas conquistas. Mas será que elas vieram?

O "BRASIL SEM HOMOFOBIA"

Logo nos primeiros anos do governo Lula, foi criado o programa "Brasil sem homofobia". Amplamente comemorado pelo movimento, o projeto nunca foi capaz de cumprir com seus objetivos, mas serviu muito bem para cooptar lideranças do movimento que passaram a apoiar incondicionalmente o governo. Serviu, também, para difundir a falsa propaganda, especialmente para fora do país, de que o governo do PT combatia a homofobia com políticas públicas. Mas a realidade é que o programa pouco serviu para os direitos avançassem.

Em 2008, o governo convocou a I Conferência Nacional LGBT, cuja finalidade era a formulação de políticas públicas para o setor. Foram diversos dias de discussão, começando pelas conferências municipais e estaduais. Foram debatidas políticas públicas em diversos campos, como educação, saúde, segurança pública, habitação, trabalho, emprego e assistência social. Da Conferência, saiu uma "carta de recomendação". Das medidas propostas nessa carta, nada de concreto saiu do papel.

DILMA: DA INÉRCIA AO SILÊNCIO

O segundo turno das eleições de 2010 foi marcado pelo retrocesso nas bandeiras de combate às opressões por parte do PT. Acuada pelas acusações da direita e da imprensa, a então candidata à presidência Dilma Rousseff se posicionou contra o aborto.Também publicou a chamada "Carta ao Povo de Deus", se comprometendo a não colocar em discussão, em seu governo, questões consideradas polêmicas pelos setores evangélicos e católicos. Entre elas, a legalização do aborto ou o "casamento" entre homossexuais. A carta provocou um descontentamento generalizado no movimento LGBT, chegando a atingir até mesmo figuras no PT no interior desses movimentos.

Outro recuo foi em relação ao kit "Escola sem Homofobia", única medida da Conferência Nacional LGBT que poderia sair do papel. O kit foi vetado antes do lançamento pela presidente Dilma, diante da ameaça dos setores homofóbicos do Congresso Nacional em chamar o então ministro Palocci para depor em uma CPI. Palocci caiu alguns dias depois, mas o veto ao kit foi mantido.

O descontentamento com o governo e uma onda de violência homofóbica no país, provocaram, logo no início do governo Dilma, diversas manifestações pedindo a criminalização da homofobia. O movimento LGBT exigia a criminalização por meio da aprovação do PLC-122/06.

Diante da pressão do movimento, Dilma convocou a II Conferência LGBT, mas o clima era bem diferente da primeira. Dilma não compareceu à conferência, pois sabia o que iria enfrentar. A II Conferência refletiu o descontentamento de diversos setores do movimento LGBT com o governo. Palavras de ordem contra o governo foram gritadas à exaustão. Assim como na primeira, a segunda conferência não surtiu em nenhuma medida concreta.

> **O jogo duplo do governo só criou ilusões e desmoralizou os LGBTs. A maioria dos homofóbicos do congresso é da base aliada do governo.**

No início de 2013, o PT resolve se retirar da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deixando o espaço livre para os setores mais reacionários. O resultado foi a eleição do pastor Marco Feliciano (PSC-SP) para a presidência da comissão, o que gerou profunda indignação nos movimentos sociais organizados. Uma enorme onda de protestos e indignação estourou em todo o país, com repercussão internacional.

O setor LGBT será o principal alvo das atrocidades de Feliciano e isso fica claro com suas declarações descaradamente homofóbicas.

JOGO DUPLO DO GOVERNO DO PT

Por um lado, o governo federal apresenta um discurso belo e atraente ao lado de propostas políticas, mas que não têm desdobramentos reais. Quando a bancada homofóbica pressiona, o governo recua para não perder sua base aliada no Congresso Nacional, que garante a sua "governabilidade".

Contudo, vale lembrar que a maioria dos homofóbicos do congresso é da base aliada do governo. Para aplicar suas principais medidas econômicas, o governo usa os oprimidos como moeda de troca. É por isso, também, que o kit anti-homofobia foi vetado. É por isso que o PT tentou transformar o projeto que criminaliza a homofobia em letra morta. É por isso que a presidente indicou o conhecido pastor homofóbico Marcelo Crivella como ministro. E é por isso que Dilma nunca se pronunciou a favor dos LGBTs ou contra seu aliado Marco Feliciano.

No atual cenário, Dilma precisa mais do que nunca desses aliados. O governo planeja duros ataques aos trabalhadores e sabe que não conseguirá aprovar essas medidas sem ampla maioria no congresso.

O jogo duplo do governo só criou ilusões e desmoralizou os LGBTs. É preciso romper com esse governo que nunca fez nada para combater a homofobia. É preciso romper com o PT e arrancar, nas ruas, os nossos direitos.

Seria uma incoerência lutar contra o capitalismo sem lutar contra a opressão, que agudiza e intensifica a exploração. O PSTU combate a homofobia cotidianamente, combinando com a luta contra a exploração capitalista. Diferente do PT, o PSTU não negocia seus princípios.

O Brasil é um país mais soberano ou mais dependente?

NAZARENO GODEIRO, do ILAESE

A cartilha do PT fala que período entre 1990 e 2000 foi da '*decadência induzida pela rota da neocolonização neoliberal*', que '*condenou o país à condição de subordinado e dependente da globalização*'. Mas houve alguma mudança nos últimos 10 anos?

100% DAS MONTADORAS são transnacionais

De fato, a privatização das estatais entregou a siderurgia, a mineração, o setor de energia, a telefonia e os bancos para as transnacionais. Foi forjada uma recessão para destruir milhões de empregos, rebaixar os salários e precarizar a mão-de-obra.

Sem dúvida nenhuma, a década de 1990 marcada pelo neoliberalismo significou a perda da soberania nacional. Porém, os 10 anos do governo do PT no governo aprofundaram a subordinação e a dependência do Brasil ao imperialismo.

BRASIL DEPENDE DO CAPITAL INTERNACIONAL

O gráfico nesta página mostra a entrada de Capital estrangeiro no Brasil e a remessa de lucros das transnacionais, desde 1993. Nos 10 anos de governo petista, a entrada de capital estrangeiro quase triplicou. Já o lucro enviado para fora do país foi quatro vezes maior do que no período de Fernando Henrique Cardoso.

Em 2012, o Brasil teve um déficit (na relação de entrada e saída de Capital do país) que somaram US$ 54 bilhões. Mas conseguiu atrair US$ 65 bilhões de dólares em investimentos para fechar as contas. Sem a vinda deste Capital, a crise econômica que atinge o mundo chegaria ao Brasil. Este Capital continua no país, porém, nos primeiros dois meses de 2013, o déficit chegou a US$ 18 bilhões e o ingresso de capitais internacionais a US$ 7,5 bilhões.

O país está completamente dependente deste capital, boa parte dele é especulativo. Para vir ao país, o governo do PT mantém altas taxas de juros. O PT no governo aprofundou a dependência com o capital estrangeiro.

DEPENDÊNCIA EXCESSIVA DE PRODUTOS PRIMÁRIOS

O neoliberalismo impôs ao mundo uma nova divisão internacional do trabalho. Com suas transnacionais, dominou e transformou a China na fábrica do mundo. Ao mesmo tempo fez com que o Brasil se tornasse um grande produtor de alimentos e matérias primas. O resultado é que estamos dependentes das exportações de minério de ferro, soja e alimentos para a China.

Foi justamente no governo petista, em 2008, que as exportações de produtos primários superaram as de produtos manufaturados (ver gráfico)

Produzimos muito minério de ferro e importamos trilhos de trem a preço sete vezes mais caro. Temos o maior rebanho de gado do mundo e não é fácil para a maioria dos trabalhadores comprarem carne. Exportamos óleo cru barato e importamos derivados de petróleo caros.

Com a crise instalada no mundo, os países ricos, por meio das transnacionais, começaram a desovar os estoques de produtos que não conseguem vender por lá. O Brasil tinha um superávit comercial (vendia mais do que comprava) com os países ricos de US$ 12 bilhões em 2008. Em 2012, passou a comprar mais do que vender e acumulou um déficit de US$ 15 bilhões. Por isso, a indústria brasileira está tendo um déficit anual de US$ 94 bilhões. Estamos transferindo empregos industriais para os países ricos e para a China. São as transnacionais instaladas no Brasil que estão importando em massa. Por exemplo, desde 2008 que a indústria automobilística importa massivamente carros para o Brasil, enquanto diminue sua produção no país.

TRANSNACIONAIS DOMINAM

Pesquisadores suíços estudaram o movimento de 43 mil transnacionais no mundo e concluíram que 147 companhias controlam 40% da riqueza mundial. Estas grandes corporações transnacionais também dominam a economia brasileira. Exemplos não faltam. O BlackRock, maior fundo de investimento do mundo, é o grande acionista da Vale, Petrobras, Embraer, Gerdau, AmBev e uma das maiores construtoras como a PDG, Cyrela, Gafisa e MRV. Na agroindústria é acionista da BR-Foods. Também é acionista do Grupo Pão de Açúcar, Itaú, Bradesco e Banco do Brasil.

As transnacionais dominam a economia brasileira. Representam 100% das montadoras; 92% do setor eletroeletrônico; 75% das autopeças; 74% das telecomunicações; 68% do setor farmacêutico; 60% da indústria digital; 57% do setor de bens de Capital; 55% do setor de bens de consumo; 50% na siderurgia e metalurgia; e 47% na petroquímica. No agronegócio, 30 empresas dominam o complexo agroindustrial e mais de 70% destas empresas são multinacionais.

O domínio estrangeiro é maior ainda porque estes números não contam com as participações estrangeiras como sócias minoritárias nas firmas de Capital nacional.

Os governos do PT aprofundaram o domínio das multinacionais sobre a economia brasileira, que contou com o financiamento a juros baixos do BNDES. Foram agentes direto da recolonização do país.

Ao contrário da propaganda petista, o Brasil não é um país mais soberano nos dias de hoje. Infelizmente é nossa soberania é ainda menor. Com o maior controle da economia, as multinacionais decidem o que fazer do país. Até agora, continuam investindo no Brasil, embora menos do que antes. O governo Dilma cumpre todas as exigências das multinacionais. Quando decidirem parar os investimentos, o país afundará na recessão como parte da crise mundial.

Contra PT e PSDB, Frente de Esquerda em 2014

VERA LÚCIA,
de Aracajú (SE)

Os ativistas dos movimentos sociais, o PSOL e o PSTU têm uma enorme responsabilidade de apresentar uma alternativa de esquerda e da classe trabalhadora nas próximas eleições.

Apesar de as eleições ocorrerem somente em 2014, os candidatos dos grandes partidos já estão correndo atrás de apoios, antecipando a campanha eleitoral.

O ex-presidente Lula, principal cabo eleitoral do PT, com sua Caravana da Cidadania, percorre o país para garantir a prioridade do PT: a reeleição de Dilma. Em contrapartida, o PSDB, por meio de Fernando Henrique Cardoso, lança o Senador Aécio Neves como pré-candidato à Presidência da República. Correndo por fora, Marina Silva (Rede) e Eduardo Campos (PSB) também se movimentam.

Manter o cenário político eleitoral em torno à falsa polarização entre o PT e o PSDB só interessa aos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais. Ao longo dos dez anos de governo, o PT aplicou a mesma política econômica de FHC de beneficiar os banqueiros e empresários em detrimento da maioria da população. A aproximação da crise mundial leva o governo a atacar os direitos dos trabalhadores para garantir os lucros dos patrões. Por isso, é necessária a apresentação de uma alternativa dos trabalhadores em 2014. Uma alternativa contra essa falsa polarização que apresente um terceiro campo, vinculado aos trabalhadores, nas próximas eleições.

FRENTE DE ESQUERDA em Aracajú (SE).

Manter a falsa polarização entre o PT e o PSDB só interessa aos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais

ELEIÇÕES 2012: ESPAÇO PARA A ESQUERDA SOCIALISTA

O PT saiu das últimas eleições fortalecido com os resultados obtidos, cuja maior expressão foi a eleição de Fernando Haddad à prefeitura de São Paulo. Contudo, apesar da estrondosa vitória do PT, as votações obtidas pelo PSOL e pelo PSTU demonstram um significativo espaço eleitoral à esquerda. Algo que pode ser um reflexo da experiência de alguns setores da sociedade com os governos do PT. Tal espaço pode embasar a construção de uma alternativa dos trabalhadores.

A eleição dos vereadores do PSTU Amanda Gurgel, em Natal (RN), e Cleber Rabelo, em Belém (PA), além da votação que recebemos em Aracaju (SE), sem dúvida alguma, representam uma enorme vitória para nosso partido e para a luta dos trabalhadores. Da mesma forma, a votação recebida por Edmilson (PSOL) no primeiro turno das eleições à prefeitura de Belém expressa um importante avanço dos movimentos sociais na região.

Mas o novo partido Rede, de Marina Silva, pode gerar confusão no debate eleitoral e na disputa pela consciência da população. Marina goza de prestígio em razão de seu discurso de defesa do meio ambiente e tenta construir uma alternativa ao PT e PSDB. Com a falácia da "sustentabilidade ambiental" e da economia verde, o Rede legitima a mercantilização do meio ambiente e a privatização da Amazônia. A lei de Marina Silva que liberou concessões de florestas públicas à iniciativa privada é um exemplo dessa política.

ARRANCAR ALEGRIAS DO FUTURO

Os ativistas e lutadores dos movimentos sociais, o PSOL e o PSTU têm uma enorme responsabilidade de apresentar uma alternativa que fortaleça esse espaço de esquerda nas eleições. É necessário apresentar uma Frente de Esquerda para que não se desperdicem as forças e os anseios de milhões de trabalhadores e jovens que saem às ruas em busca da transformação social.

A Marcha a Brasília do dia 24 de abril, ao unificar diversas lutas e movimentos sociais, expressa objetivamente um terceiro campo, distinto do governo e da direita, um campo dos trabalhadores. Assim como nas greves e mobilizações, é preciso unir os lutadores nas eleições. O desafio está lançado. O PSTU se coloca à disposição da construção de uma Frente de Esquerda, que seja classista e tenha um programa socialista. Chamamos especialmente o PSOL a um debate fraterno sobre programa, política de alianças e financiamento de campanha.

Um debate com o PSOL

Nas últimas eleições, a política adotada pelo PSOL provocou uma grande polêmica, entre outras questões, pela ampliação da política de alianças.

Em Macapá (AP), reduto do Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o candidato do PSOL, Clécio Luis, que tinha em sua chapa o líder do PPS, venceu as eleições com o apoio do DEM, PTB e PSDB. Isso foi possível a partir de um acordo costurado com o ex-presidente José Sarney, representante da velha direita oligárquica. Mas talvez a maior expressão da ampliação das alianças do partido foi o apoio de Lula e Dilma dado a Edmilson no segundo turno em Belém. Algo que entristeceu vários militantes e ativistas que se empenharam em sua campanha.

Outro importante aspecto é a questão do financiamento da campanha pelos empresários. O episódio ocorrido na campanha de Luciana Genro (PSOL-RS), que recebeu uma contribuição financeira da Gerdau, voltou a se repetir nas últimas eleições. Isso pode indicar que não se trata de um caso isolado, mas de um método recorrente.

Já vimos esse filme antes. Há tempos a maioria da esquerda abandonou a estratégia revolucionária para se adaptar ao parlamento e ao "vale tudo eleitoral". PT e PCdoB se transformaram em máquinas eleitorais, em que parlamentares têm plenos poderes e estão acima do partido. A ex-senadora Heloísa Helena seguiu por esse caminho, saiu do PSOL e foi para a Rede de Marina. Porém, caso o PSOL continue com uma política de rebaixamento programático, ampliação das alianças e financiamento das empresas caminhará na mesma lógica do PT e de Heloísa.

Fazemos um chamado aos companheiros do PSOL. Defendemos uma Frente de Esquerda construída nos marcos da que formamos em Aracaju (SE) nas eleições passadas, que teve a expressiva votação de 6,6%. A frente não se limita ao nome do candidato, mas a uma frente classista com um programa socialista, condição necessária para constituirmos uma Frente de Esquerda.

A Frente de Esquerda em Aracaju e a eleição de Cleber e de Amanda comprovam que é possível fazer uma campanha vitoriosa, sem dinheiro de empresários e acordos com os patrões. Para o PSTU a campanha eleitoral não se resume a votos, mas conscientização e organização dos trabalhadores. Só assim teremos uma Frente de Esquerda pra valer!

Dez propostas para um Brasil dos trabalhadores

TONINHO FERREIRA,
de São José dos Campos (SP)

Somos nós, trabalhadores, que produzimos tudo que é feito no país, mas são as grandes empresas que ficam com os lucros. Para resolver os graves problemas sociais, seria necessário atacar os lucros dos capitalistas.

1. Acabar com a pobreza, com o desemprego e os baixos salários

Propomos duas grandes medidas para começar a acabar com a pobreza no país. A primeira é elaborar um plano nacional de obras públicas para construir casas populares, escolas, hospitais e infraestrutura urbana, que poderia absorver os dez milhões de desempregados, pagando o salário mínimo indicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que é de R$ 2.824. O custo desse plano seria de R$ 338 bilhões anuais, e seria muito mais eficiente do que qualquer Bolsa Família.

A segunda medida é a elevação do salário mínimo para o valor indicado pelo Dieese. Os salários, hoje, correspondem a menos de 10% do faturamento das grandes empresas. Para isso se tornar possível, basta reduzir o lucro dos capitalistas.

2. Anular a reforma da Previdência e enterrar o ACE

A reforma da Previdência foi aprovada no Congresso Nacional com a compra de votos com o mensalão e, por isso, tem de ser anulada. Os novos projetos que também visam atacar os direitos dos aposentados devem ser barrados.

O projeto dos Acordos Coletivos Especiais (ACE) tem de ser repudiado. Não pode ser aprovado pelo governo e pelo Congresso. O ACE é uma ameaça a direitos básicos, como férias e décimo terceiro salário.

3. Não pagar a dívida: investir em saúde e educação públicas de qualidade

Não pagando a dívida pública aos banqueiros, seria possível destinar 6% do PIB (R$ 248 bilhões) para a saúde. Poderia existir um serviço de medicina familiar que atendesse 100% da população, com hospitais públicos de qualidade, sem filas e com distribuição de remédios gratuitos. Os salários e as condições de trabalho do funcionalismo seriam decentes.

Para a educação, poderia se destinar 10% do PIB (R$ 414 bilhões). Haveria creches para todas as crianças do país e um ensino básico público gratuito e de qualidade.

Seria possível acabar com o déficit de moradias, construindo seis milhões de casas, a um custo estimado em R$ 80 bilhões.

4. Parar as privatizações petistas e reestatizar as empresas privatizadas pelo PSDB

As privatizações feitas pelos governos do PSDB foram assaltos ao patrimônio público. O PT não só manteve essas privatizações como as estendeu para rodovias, aeroportos e estádios de futebol.

O PSTU defende a reestatização dessas empresas, começando pela Vale, Embraer e CSN, e exigindo a Petrobras 100% estatal, para que deixem de ser controladas pelos fundos de investimento estrangeiros. Assim, os trabalhadores teriam energia elétrica e telefone muito mais baratos.

A reversão da privatização da Petrobras possibilitaria uma redução no preço da gasolina, que poderia custar R$ 1 o litro, refletindo na economia popular. Com o fim das privatizações das rodovias, teriam fim os escandalosos pedágios.

5. Fazer a reforma agrária e reduzir o preço dos alimentos

É preciso expropriar as terras do agronegócio para que sejam controladas pelos trabalhadores rurais. É necessária uma reforma agrária que tenha como meta assentar seis milhões de famílias sem terra.

Só assim seria possível baixar o preço dos alimentos.

6. Estatizar o sistema financeiro, colocá-lo sob controle dos trabalhadores e reduzir a taxa de juros

Os lucros dos bancos já eram gigantescos nos governos do PSDB e duplicaram com Lula e Dilma. Isso é possível porque o Brasil tem as taxas de juros mais altas do mundo.

É preciso estatizar o sistema financeiro para garantir que os investimentos sejam destinados às necessidades dos trabalhadores. A redução real dos juros asseguraria empréstimos aos trabalhadores a juros baixos, de cerca de 1% a 2% ao ano.

7. Por uma segunda independência do país: romper com o imperialismo e estatizar as multinacionais

Não existe maneira de superar a dominação imperialista sem acabar com seu controle direto da economia. Para isso, as multinacionais instaladas no Brasil têm de ser estatizadas e controladas pelos trabalhadores. Não haveria mais remessa de lucros para o exterior, garantindo que esse dinheiro fosse investido no país a serviço das necessidades da população explorada.

8. Combater a falsa democracia dos ricos: prisão para corruptos e corruptores!

A democracia dos ricos é corrupta. Por isso, o PT se transformou num partido igual aos outros. Para os trabalhadores, não existe democracia real. Os que se mobilizam, sofrem com a repressão e a criminalização dos movimentos sociais. Exigimos o fim da criminalização e a liberdade de organização dos trabalhadores nas empresas.

Defendemos o fim do Senado e a revogabilidade dos mandatos parlamentares. Corruptos e corruptores devem ser presos e ter seus bens expropriados. Fora Renan e Feliciano!

9. Lutar contra a opressão

A opressão afeta a vida de mulheres, negros e homossexuais, que somam milhões de pessoas. Os governos Lula e Dilma, apesar do discurso, não mudaram essa realidade.

O PSTU defende salário igual para trabalho igual, para homens e mulheres, e creches gratuitas em tempo integral para os filhos dos trabalhadores!

Repudiamos o massacre da juventude negra praticado pela polícia nas periferias! Defendemos a criminalização da homofobia! Somos contra todas as formas de opressão!

10. Todo apoio às lutas dos trabalhadores no mundo

Jamais será livre um povo que oprime e explora outro povo. O governo precisa retirar já as tropas do Exército brasileiro do Haiti. O Haiti precisa de médicos e de comida, e não de ocupação militar.

Apoiamos as mobilizações dos trabalhadores europeus contra os planos de austeridade! Saudamos a resistência do povo sírio contra a ditadura assassina de Assad! Defendemos o fim do Tratado de Livre Comércio com Israel!

POR UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES!

Os governos Lula e Dilma, apesar de apoiados pelo PT e pela CUT, aplicam planos econômicos que só servem aos capitalistas.

Precisamos de um Governo Socialista dos Trabalhadores!

PSTU: socialista e de oposição de esquerda ao governo do PT

ANDRÉ FREIRE, da direção nacional do PSTU

O PSTU completará 20 anos em 2014. Nosso partido foi criado em meio às mobilizações do Fora Collor e enfrentou os duros anos neoliberais de FHC. Porém nossos maiores desafios aconteceram nos últimos dez anos durante os governos de Lula e Dilma.

Já em 2002, nas eleições que levaram Lula à presidência, o PSTU definiu não apoiá-lo. Para nós, aquela campanha já tinha sido construída em aliança com um setor importante da burguesia: José Alencar, grande empresário têxtil, era o vice da chapa que contava com o apoio, dentre outros, de Sarney. A continuidade da aplicação dos planos neoliberais do imperialismo e da burguesia já estava sinalizada. Ou seja, enxergávamos um governo que manteria os ataques aos trabalhadores e a preservação e ampliação dos lucros dos grandes empresários nacionais e internacionais.

Havia um agravante. Lula e o PT mantinham, e mantêm até hoje, uma relação com as direções das principais organizações dos movimentos sociais, como a CUT, a UNE e o MST, que colocava um sério risco de "domesticação" dessas entidades, que passariam a defender a paralisia das lutas e o apoio ao governo.

Por isso, desde o primeiro momento, chamamos a esquerda socialista a não compor este governo e preparar a resistência aos seus planos. A tarefa era construir um amplo movimento de oposição de esquerda ao governo petista, apoiado em cada luta de resistência da classe trabalhadora.

Infelizmente, este não foi o caminho adotado pela maioria das organizações da esquerda, que preferiram aderir ao governo, ocupando cargos na administração federal. Chamaram os trabalhadores a apoiarem Lula, mesmo com a evidência de que este governo tinha as mesmas políticas dos governos anteriores do PSDB.

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA o PSTU foi a Brasília junto com sindicatos e organizações no incio do governo Lula, em 2003

Algumas organizações, mesmo não compondo formalmente o governo, mantinham seu apoio por fora, legitimando o programa e as alianças feitas pelo PT. No máximo, faziam pressão para tentar puxar o governo para a esquerda, mas sem romper com ele.

CONTINUAMOS COM NOSSA ESTRATÉGIA CLASSISTA E SOCIALISTA

O PT se manteve no governo nos últimos dez anos se aproveitando, principalmente, de alguns anos de crescimento econômico. Continuou governando para as grandes empresas e se aliando à burguesia.

Para isso, precisou e conseguiu manter a maioria dos trabalhadores e do povo apoiando seus governos. Isso se deu por uma combinação entre a intensificação de políticas sociais compensatórias, como o Bolsa Família, e o apoio das principais organizações do movimento de massas aos governos petistas.

Enquanto entidades como a CUT e a UNE abandonaram a estratégia das mobilizações para defender os governos do PT, nossa militância se dedicou à construção da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). O fortalecimento da atual Central Sindical e Popular Conlutas (CSP-Conlutas) e da Assembleia Nacional de Estudantes – Livre (Anel) e seu papel nas lutas é uma expressão da necessidade da independência de classe dos trabalhadores frente aos grandes empresários. Afinal, não será deixando de lutar e apoiando um governo de conciliação entre trabalhadores e burgueses que conquistaremos uma vida digna.

A alta popularidade do governo Dilma não muda em nada a tarefa histórica da esquerda socialista. Não devemos aceitar migalhas, não podemos sucumbir aos limites capitalistas que os governos do PT querem impor à classe trabalhadora. Os trabalhadores e o povo pobre podem muito mais!

Ao contrário de seguir o caminho fácil da adesão e do apoio aos governos do PT, nosso partido se manteve na oposição de esquerda, defendendo a independência de classe e um combate sem trégua ao capitalismo, afirmando e propondo uma saída socialista, não só para o nosso país, mas para todo o mundo.

Lutamos cotidianamente para firmar um campo dos trabalhadores, classista e socialista, totalmente oposto tanto ao governo do PT e sua base aliada, quanto à chamada oposição de direita, chefiada pelo PSDB.

Mesmo sabendo que a maioria dos trabalhadores apoia os governos do PT, continuamos dialogando com eles sobre a necessidade de confiar somente na força da mobilização e da organização da nossa classe.

Venha construir o PSTU, o partido das lutas e do socialismo

Não apoiamos e nunca apoiaremos os governos do PT. Acreditamos que somente um governo dos trabalhadores, sem a presença da burguesia e de seus partidos, poderá aplicar um plano dos trabalhadores. Um governo que, por exemplo, suspenda o pagamento da dívida externa e interna aos grandes investidores, pare de dar dinheiro público às grandes empresas, garantindo empregos de qualidade, salários justos, educação, saúde e transportes públicos e de qualidade. Enfim, garantindo uma vida digna para a classe trabalhadora e a maioria do povo.

Um governo verdadeiramente dos trabalhadores e socialista só será conquistado com muita luta. Ele não será fruto de eleições, cada vez mais controladas pelo poder econômico e pela grande mídia.

Nós nos dedicamos cotidianamente a discutir com os trabalhadores o lado que os governos do PT assumiram: o lado dos patrões. E, quando os trabalhadores se levantarem contra ele, será o momento em que mais precisaremos de um partido forte, socialista, formado e dirigido pelos próprios trabalhadores, especialmente pela classe operária.

Chamamos vocês, trabalhadores do campo e da cidade, estudantes, vocês que lutam diariamente contra toda forma de opressão e exploração, para ajudar desde já a construir este partido socialista e revolucionário.

Filie-se ao PSTU e participe de nossas reuniões! Venha construir o partido das lutas e do socialismo!